



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 71/XIII-4.º/2021-25

1 - Aos vinte cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H15, nas instalações da Escola Básica e Secundária Professor Ruy Luis Gomes, na Freguesia de Laranjeiro, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia:

2.1 – Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2025 – apresentação pelo Porta-Voz da AMJA.

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Eleição de Cidadão/ã para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada;

3.2 – Relatórios de Comissões:

3.2.1 – Relatório da reunião da 5ª Comissão Permanente com o Conselho de Administração da ULS Almada – Seixal;

3.2.2 – Relatório da Reunião da 6ª Comissão Permanente com o Conselho de Administração da Trastejo/Soflusa;

3.2.3 – Relatório da Comissão Eventual para o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2º Torrão;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2024”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da primeira alteração e revisão do RUMA”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reparação Rede Abastecimento de Água; DREN Águas Residuais e Pluviais, Edif. Habit. Social, R. Luís de Camões Bloco B e C, Laranjeiro – Aprov decisão contratar, autorização e program. despesa, escolha e peças de proc., Júri, Gestor Contrato”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00329B2025, para Locação de licenciamento e manutenção de software Microsoft”;

3.7 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); Sónia Raquel Mota Faria (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS), Sérgio Faria de Bastos (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS), José António Lino Craveiro (PS) por impedimento de Catarina Isabel Garcia Paulino (PS), Filipe Alexandre das Neves Passos (PS) por impedimento de Alexandra Cláudia Vasco Serra (PS) e Ana Cláudia Dias Ribeiro (PS); António Paulo Júnior (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU) e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU), Fernanda Balbina de Oliveira Duarte Leitão (CDU) por impedimento de Augusto Máximo Flor (CDU) e Mário Bruno da Silva Ferreira Pinheiro Magalhães (CDU).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Pacheco (PS); A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Jorge Pita (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registaram-se as faltas justificadas das Senhoras Deputadas Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN) e Inês Pezarat Bom (BE).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência dos Senhores Vereadores José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), José Luís Bucho (CDU) e Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE),

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) sobre “Solicitação de informação detalhada relativamente aos contratos celebrados pela Câmara Municipal e concursos de admissão de pessoal para os diferentes serviços municipais”, enviado para a Câmara Municipal em 05/03/2025, ainda não foi respondido.

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) sobre “Solicitação de informação desagregada sobre despesas correntes executadas pela Câmara Municipal nos exercícios de 2021 a 2024” enviado para a Câmara Municipal em 09/05/2025, foi respondido em 06/06/2025.

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) de “Resposta no prazo de 3 dias ao requerimento n.º 15/XIII-4.º/CDU”, enviado para a Câmara Municipal em 29/05/2025, foi respondido em 06/06/2025.

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) de “Resposta urgente ao pedido de informação desagregada de despesas”, enviado para a Câmara Municipal em 25/06/2025, ainda não foi respondido.

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD) sobre “Pedido de informações sobre a afetação de lugares de estacionamento para a Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos Almada-Seixal”, enviado para a Câmara Municipal em 24/04/2025, foi respondido em 23/05/2025.

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) sobre “Pedido de acesso a documentação sobre as medidas adotadas no Bairro de Penajóia”, enviado para a Câmara Municipal em 05/02/2025, ainda não foi respondido;



[Handwritten signatures and initials]

4.3.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) sobre “Acesso à documentação Relativa ao Protocolo e Aditamento celebrados com as promotoras dos loteamentos Quinta de São Simão e Quinta do Brejo e Carapinhas”, enviado para a Câmara Municipal em 09/05/2025, ainda não foi respondido;

4.3.8 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) sobre “A Frota Automóvel da Câmara Municipal de Almada e Entidades Participadas”, enviado para a Câmara Municipal em 23/05/2025, ainda não foi respondido;

4.3.9 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Construção do Centro de Bem-Estar Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 29/05/2025, foi respondido em 29/05/2025;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas n.º 66, 67, 68, e 69/XIII-4.º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes “Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.1.1 – Usou ainda palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS), para um agradecimento à Associação de Coletividades do Concelho de Almada, Escolas do Desportivo da Cova da Piedade, pela oferta de um Livro “Movimento Associativo Almadense 1974-2024”.

Agradeceu ainda o Diretor da Escola Básica e Secundária Ruy Luís Gomes Professor Alípio Barros pela cedência das instalações para a realização da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Augusto Flor, Daniel Silva, Carlos Leal.

5.2.1 – O Senhor Múncipe Augusto Flor:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em nome da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, da Associação das Colectividades do Concelho de Almada e da Unidade de Investigação das Escolas do Desportivo da Cova da Piedade, saudamos e desejamos bom trabalho.

Esta é a quarta intervenção que fazemos neste Órgão. Foi uma experiência de democracia participativa e de transparência que decidimos fazer, para manter informados todos os eleitos de todos os Órgãos Autárquicos em simultâneo. Foram todos convidados a participar neste processo.

Este Livro é oferta da Câmara Municipal de Almada e Freguesia de Laranjeiro/Feijó, que responderam positivamente ao nosso convite, procurando conhecer melhor o projeto e aceitando fazer parte dele. Estamos aqui para apresentar o nosso trabalho e disponíveis para qualquer esclarecimento.

O estudo que se apresenta em forma de Livro (impresso e digital), foi apresentado no Dia Nacional das Colectividades (31 de Maio) na Academia Almadense e na Assembleia de Freguesia de Laranjeiro/Feijó no dia 16 de Junho.



Este livro, da responsabilidade da Unidade de Investigação das Escolas do Desportivo da Cova da Piedade, conta com trezentas páginas, três notas de abertura, uma nota introdutória, sete capítulos, uma listagem de bibliografia específica almadense e anexos. Faz uma análise histórica, económica, política, demográfica, antropológica e sociológica, aos 50 anos decorridos entre 1974 e 2024, na perspetiva do associativismo popular de cultura, recreio e desporto e da cooperação com o poder autárquico. Homenageia a edição e os autores da edição de 1984.

Dá a conhecer os contributos para o desenvolvimento do associativismo almadense, através dos inúmeros momentos em que Almada foi chamada a intervir a nível nacional, através de vinte e um Dirigentes Almadenses que estiveram presentes nos dezoito mandatos da Federação e Confederação nestes 50 anos, dos quais se destacam o Dr. José Malheiro da Silva do Clube Recreativo do Feijó e Carlos Alberto Rosado da Incrível Almadense, que fizeram parte da Comissão Administrativa da Federação em 1974, e prepararam a transição democrática nas primeiras eleições em 1975.

Na conjugação entre o empirismo associativo e a ciência nas várias disciplinas, avaliam-se as políticas públicas associativas em geral. Analisa-se a legislação nacional atual e fazem-se sugestões. O Regulamento Municipal é objeto de recomendações da ACCA que também nos conta a sua história. Os Regulamentos de Apoio das Freguesias são divulgados. É essencial que passados cinquenta anos de liberdade, democracia, participação e toda a experiência adquirida, se revejam as formas de cooperação e de responsabilização do Estado Central e Local nestas matérias.

Cada unidade política administrativa (Freguesia tem uma abordagem específica, a partir da matriz que foi respondida por cento e dezoito das duzentas e dezassete Coletividades, Associações e Clubes do nosso Concelho.

Através de texto explicativo, gráficos e tabelas, é possível interpretar e compreender a realidade de cada Freguesia. A dinâmica associativa ao longo dos cinquenta anos também foi avaliada, tendo-se apurado que foram constituídas cento e trinta e sete novas entidades neste período e destas, dezanove encerraram.

A partir da amostra (cento e dezoito entidades), usando os métodos e técnicas da sociologia da estatística aplicada de forma agregada para as duzentas e dezassete entidades, foi possível chegar a dados que a todos deve fazer refletir, sendo obrigatório considerar a evolução administrativa, demográfica, económica, social, política e de costumes que foram moldando as várias comunidades e, consequentemente, a sociedade almadense ao longo dos cinquenta anos.

Quanto ao número de associados, constatamos que existirão cerca de cento e vinte mil o que corresponde a cerca de 68% dos habitantes do Concelho. Destes associados, 49% têm atividade associativa regular, dois mil oitocentos e cinquenta e dois são Dirigentes Associativos, voluntários, benévolos e eleitos, dos quais 68% são homens, 32% são mulheres. Do total dos Dirigentes, 14% são jovens até 35 anos.

Quando comparamos os dois mil oitocentos e cinquenta e dois Dirigentes Associativos eleitos nas duzentas e dezassete entidades e os cento e sessenta e oito eleitos nos doze Órgãos Autárquicos, temos uma relação de um autarca eleito por cada dezassete dirigentes associativistas eleitos. É igualmente interessante a comparação por género e por órgão.

Quanto ao Volume Anual de Negócios, considerando que nos anos pré e pós COVID 19, constatamos que a associativismo almadense conseguiu resistir e recuperar graças a sua capacidade de adaptação, obtendo um saldo positivo. Na perspetiva do presente e futuro próximo, o valor médio de receitas é 26.000.000.00€ (vinte seis milhões de euros) ano e de 24.000.000.00€ (vinte e quatro milhões de euros) de despesas/ano. Confirmasse que o associativismo popular de cultura, recreio e desporto, é um contribuinte líquido do Orçamento de Estado.

O número de postos de trabalho, embora muito flexibilizado e precário, aponta para cerca de três mil e trezentas pessoas em diversas profissões e especialidades, estimando-se que atinja os 9.000.000.00€ (nove milhões de euros) por ano, sem considerar os encargos com seguros, impostos e Segurança Social.



R. J.
R

O Valor Económico do Voluntariado Associativo, que não é um custo, mas sim a fórmula que traduz a entrega dos Dirigentes de forma benévola, estima-se que seja cerca de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) por ano. Como exemplo, se fossem contabilizadas as horas dispendidas pelos voluntários que organizaram, investigaram e produziram, este Livro ao longo de quinze meses, custaria mais de 11.000.00€ (onze mil euros).

Neste trabalho damos a conhecer o imenso e diversificado universo de atividades culturais, recreativas e modalidades desportivas que temos no nosso Concelho, e a sua ligação as estruturas regionais e nacionais. Damos conta das trinta e uma entidades que têm o Estatuto de Utilidade Pública Nacional.

Por fim, num capítulo específico, são apresentadas um conjunto de recomendações aos cinco poderes: Poder Associativo, Poder Autárquico, Poder Económica, Poder do Ensino e Poder da Comunicação Social. É um "caderno de encargos" para as próximas décadas.

Como sempre, sendo a associativismo um movimento unitário que inclui pessoas de todas as idades, condições económicas e financeiras, culturas, credos, ideologias, pautamos a nossa atividade pela independência, coerência, transparência, espírito cívico e cooperação com os restantes poderes e com a comunidade. Estamos disponíveis para apresentar, refletir e discutir este trabalho em qualquer lugar e com qualquer entidade.

Informarmos que este trabalho será candidato ao Prémio António Sérgio 2025, na categoria de estudos e investigação, promovido pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

Desejamos votos de êxitos nas funções autárquicas e felicidades pessoais."

5.2.2 – O Senhor Município Daniel Silva:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tenho vindo nos últimos meses a estas Sessões desta Assembleia Municipal, fazer questões acerca da minha escola e do meu ginásio da escola. A última vez que cá estive entreguei um abaixo-assinado para a requalificação dos balneários.

Em primeiro lugar, gostava de perguntar à Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros e à Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, como está a situação dos balneários, qual foi a decisão da Câmara Municipal perante o abaixo-assinado.

Gostava ainda de referir e voltar aquela questão que sempre tenho feito, no sentido de no ano letivo de 2023-2024, o teto do Pavilhão da Escola Anselmo de Andrade caiu durante uma aula, perante esta situação de perigo para os alunos, para os estudantes, qual é que foi a ação da Câmara Municipal, de fiscalizar aquela estrutura e perceber quais são os problemas daquela estrutura. Até agora, a Senhora Presidente de Câmara Inês de Medeiros e a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira ainda não me responderam.

Portanto, caiu o teto do Pavilhão da Escola Anselmo de Andrade, ainda não obtive uma justificação ou uma resposta do que foi a ação da Câmara Municipal e gostava de a ter.

Relembrar aquilo que foi a resposta da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira na última Sessão da Assembleia Municipal. A resposta mostrou, na minha opinião, aquilo que é o grande problema da Câmara Municipal de Almada, é um desconhecimento total de todas as infraestruturas de educação.

Levantei o problema dos balneários, a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira respondeu-me que não sabia de nada, mas para além de não saber de nada, o que sabia é que estavam em boas condições. A realidade é que são balneários em tremendas más condições, as quais eu vou enviar imagens para os serviços para os todos os Senhores/as Vereadores terem acesso, para verem as condições dos Balneários, era ferrugem por todo o lado, eram canos estragados, não ter acesso a água dentro dos balneários também era o caso.

Também gostava de fazer uma questão acerca dos balneários. Dentro daquela que foi a opção da Câmara Municipal de Almada, de reparar ou não reparar os balneários, vão reparar apenas os interiores ou vão reparar também os exteriores?"



5.2.3 – O Senhor Município Carlos Leal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Enquanto cidadão de Almada, dirijo-me a esta Assembleia Municipal para fazer a entrega de um abaixo-assinado referente à situação atual da Piscina de São Paulo em Almada.

Gostaria, no entanto, contextualizar esta tomada de posição baseada no documento que o próprio executivo municipal elaborou com a finalidade de construir o Plano Almada Desporto.

Assim, e citando alguns dos itens do citado documento saliento:

1 – Face à atual taxa de participação desportiva de Almada, ficou definido uma meta de crescimento na ordem dos 10% para um horizonte temporal de dez anos;

2 – No que diz respeito à demografia desportiva do Concelho e especificamente no que se refere às modalidades desportivas preferidas pela população de Almada, destacam-se a natação e a hidroginástica com cerca de 39% de preferências;

3 – Igualmente, e no que diz respeito às faltas/necessidades mais sentidas de equipamentos para a prática desportiva, salientam-se em percentagem: piscinas 27%, polidesportivos ao ar livre 23%, ciclovias/vias pedonais 21% e parques urbanos 18%.

4 – Quanto às propostas estratégicas para os vários eixos de dimensões do documento citado realça-se:

- Eixo 1, equipamento desportivo que contribuam para uma maior e melhor resposta às dimensões da saúde/condição física da população;

- Eixo 3, requalificação da rede de infraestruturas desportivas do Município, onde não está identificada, para surpresa nossa, a Piscina Municipal de São Paulo de Almada.

Ou seja, a população residente, estudante e que trabalha em Almada, está privada do acesso a um equipamento que existe, que funcionou no seu arranque com cerca de dois mil utilizadores provenientes de escolas e instituições sociais e famílias em geral.

Se o quiser fazer, para benefício e bem-estar físico, social, terá que deslocar-se para o Feijó ou para a Caparica ou para a Sobreda ou para a Charneca de Caparica e até para Corroios, entre e outras soluções.

Está assim comprometido, o objetivo de crescimento progressivo da taxa de participação desportiva da população definido pelo citado Plano de Almada Desporto. Ou seja, 10% nos próximos dez anos.

E tal não é possível porque por opção de gestão e política deste executivo, a não ter inscrito a Piscina de São Paulo como elemento e estrutura a reabilitar.

Almada, atribuindo-lhe uma função de natureza cultural, que é o que se passa neste momento, a Piscina de São Paulo foi há muitos poucos dias utilizada para uma galeria cultural, não cumprindo a função para a qual foi construída, quando mesmo ao lado tem um excelente equipamento cultural e patrimonial, que é a Casa da Cerca, está a impedir os almadenses de terem acesso a um equipamento promotor do seu bem-estar físico e social, penalizando assim famílias, estudantes entre outros, do acesso a uma prática desportiva importante para a atividade física, bem-estar e saúde.

Por isso mesmo, faço a entrega de um abaixo-assinado com cerca de mil e cem assinaturas, de cidadãos e cidadãs, jovens ou Sênior, famílias ou pessoas individualmente, que não compreendem, nem aceitam esta má e errada decisão do Poder Político Municipal.

Almada merece a sua Piscina de São Paulo, Almada irá continuar a exigir a sua devolução à população enquanto equipamento para o lazer, desporto e saúde.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).



5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma vez, o jovem estudante da Escola Anselmo de Andrade vem-se referir às melhorias que são necessárias quer nos balneários do Pavilhão, quer no próprio Pavilhão.

Se bem nos recordamos, na última Sessão da Assembleia Municipal, foi-nos garantido pela Senhora Vereadora com o pelouro da educação, que este problema seria resolvido praticamente no imediato. Já decorreram largas semanas e a situação mantém-se, pelo que gostaríamos de ver aqui esta questão respondida.

Depois, também uma palavra muito particular à obra que foi elaborada pelas Escolas do Desportivo, muitos saberão outros não, as Escolas do Desportivo têm uma longa tradição no nosso Concelho e contribuíram muito para a formação de mulheres e homens neste Concelho, mesmo em tempos difíceis da ditadura e muitos pagaram por isso, sendo presos e torturados e felizmente, muitos deles viram a cor da liberdade e deram caminho para que hoje nós possamos estar aqui e pelos vistos, os frutos estão aí e é isso que nós devemos aqui sobretudo valorizar este trabalho que as Escolas do Desportivo nos apresentam, sobre o Movimento Associativo, inspirados numa outra obra de uma Associação que em 1984, também fez caminho neste Concelho, que é a Associação Semear para Unir, mas hoje este livro que aí está tem uma outra estrutura e é um contributo para nós enquanto Autarcas e é isso que nós devemos sobretudo valorizar, porque nos ajudam a refletir e a conhecer melhor com uma outra distancia, a radiografia e o plano atual do nosso Movimento Associativo.

Portanto, esta intervenção é para valorizar, mas sobretudo para agradecer o vosso empenho e os futuros projetos naturalmente, também merecerão apoio porque nós sabemos que estão a olhar para o futuro e estão com uma outra visão que também é importante enaltecer e certamente os vossos objetivos serão alcançados e deixar aqui uma nota de gratidão.”

5.3.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer ao Estudante Daniel Silva o seguinte: efetivamente houve e aconteceu e ele aqui disse, e eu respondi duas coisas.

1 – O teto foi efetivamente, danificado pelo temporal Martinho e nos dias imediatamente a seguir foi reparado. As dúvidas continuaram a ser levantadas, de que havia perigo relativamente aquilo que depois de reparado ficou, pedimos a vistoria à Proteção Civil, que nos garantiu que a reparação tinha sido feita e de que não havia qualquer perigo.

Portanto, a primeira resposta é relativamente à segurança que temos relativamente ao que lá está, assim é e fizemos o que exatamente na altura e repare que eu já tinha dito que tinha sido feito.

Relativamente aos balneários, também disse e efetivamente já foi visitado por um empreiteiro que já nos fez a proposta de requalificação dos balneários e nos orçamentou as obras e é nossa intenção fazermos agora, até porque se aproxima o período de interrupção letiva e será o mais propício para isso, um contrato programa com a própria escola, que é aquilo que a própria escola através de um contrato de colaboração com (....), que é uma figura que está prevista para além dos contratos Interadministrativos que possam ocorrer, neste caso com as Juntas de Freguesia ou com as próprias escolas, e com as escolas para além daquilo que é o contrato de delegação de competências, que tem lá as competências para que são transferidas as verbas que vão, mas que pressupõe e tem lá previsto, que as obras que precisam de maior agilização ou até de uma intervenção que a proximidade beneficie, possam ser realizadas através de contratos programa que é isso que estamos a tentar fazer. Foi há algum tempo, não foi assim há tanto, sabemos bem que estas questões das obras não se resolvem de um momento para o outro, temos obras em curso, algumas delas acabamos agora noutras escolas e será feito de acordo com aquilo que na altura eu também já disse.”

5.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Começo naturalmente por agradecer ao Dr. Augusto Flor e a todos aqueles que se juntaram para fazer este estudo do Movimento Associativo Almadense, que tomamos boa nota, mais do que tomamos boa nota, agradecemos porque justamente também é um instrumento para nós muito importante, a nível até daquilo que é o nosso Observatório como também já falamos, queremos introduzir uma série de dados que foram aqui levantados e que podem contribuir para serem postos no nosso Observatório de Almada e todos terem acesso a estes dados e podermos passar a ter aqui a evolução, esperamos que positiva, do Movimento Associativo. Portanto, essa foi uma questão que falamos logo de imediato, o apoio vai ser formalizado, ratificado já na próxima reunião de Câmara, portanto, essa questão vai estar tratada e não tenho dúvidas que é importante que estes estudos sejam feitos, não talvez a totalidade, há toda uma parte histórica, mas pelo menos há uma série de dados relativos ao Associativismo, que acho que nós todos ficaremos a ganhar se forem sendo atualizados todos os anos e é isso que nós de facto também propusemos à ACCA, que é conseguirmos nunca perder o fio à meada deste trabalho para o qual reconhecemos todo o valor e toda a dedicação e todo o empenho que foi feito.

Relativamente ao Senhor Município Carlos Leal.

Nós desde o início, até pelo histórico das Piscinas de São Paulo, dissemos que aquilo não voltaria a ser piscina. E isso foi muito claro já há oito anos atrás. Quando nós chegamos e fomos ver o histórico, por duas vezes as piscinas foram reabilitadas. Na altura inclusivamente, não vale a pena estarmos aqui a relembrar o que foi feito, os contratos que foram feitos, as verbas, aquilo passou para uma associação, saiu dessa associação voltou para a esfera municipal, voltou a ser entregue a uma associação e voltou a ficar em ruínas e voltou para a esfera municipal. O que lá vai, lá vai, não interessa relembrar isto. Agora, a justificação para isso tudo é que não havia gente suficiente e que aquilo não era sustentável de forma nenhuma, foi a justificação que nos deram.

Por outro lado, e desde cedo, nós dissemos que aquele equipamento, justamente porque está ao lado da Casa da Cerca, nós temos estado a trabalhar num projeto de equipamento cultural, inclusivamente, para reforçar aquele eixo turístico cultural que está no PDM – Plano Diretor Municipal, que já foi apresentado há quatro anos, que está em toda a documentação estratégica. Admito que não tivesse conhecimento, mas não é novidade para ninguém, isto sempre foi assumido.

Paralelamente, sabemos que na Freguesia, sabemos e temos estado a acompanhar e até a apoiar outro clube que está a negociar uma piscina na Freguesia de Almada.

Portanto, não faz sentido, do nosso ponto de vista, ter duas piscinas, se já havia pouca frequência para uma, para duas ainda menos. Portanto, vamos sim, reforçar os equipamentos desportivos, vamos cumprir a meta do reforço de 10%, não será nas Piscinas de São Paulo, nunca foi escondido, já várias vezes nos colocaram essa questão, sempre foi transparente essa matéria, fizemos o devido estudo relativamente a toda a envolvente e relativamente ao número possível de frequentadores e rapidamente se conclui que mais uma vez, poderia ser, não digo que não fosse importante para algumas pessoas, sobretudo para a população mais velha, por isso também por exemplo, a questão do Flexibus passou a ser uma carreira permanente e, portanto, temos a preocupação de garantir a mobilidade para esse efeito, mas nunca escondemos que a opção era outra. E assumimos essa opção e eu enquanto responsável da cultura, assumo plenamente essa opção e há dois mandatos que nós assumimos essa opção. Infelizmente, o projeto cultural já esteve para ser concluído já no mandato anterior ou no princípio deste, mas com as quedas sucessivas de governos, ficou sem efeito. Neste momento, temos outro projeto cultural muito interessante que vai abrir à comunidade, que vai abrir à escolas, que vai intensificar aquele núcleo que estamos todos a reabilitar desde o Almaraz, espero que o Castelo de Almada possa ser revalorizado com o REVIVE, onde está colocado mas para isso é preciso que a GNR faça a criação do novo Quartel, que nós já nos disponibilizamos para tudo, o terreno já está identificado para o Castelo de Almada para poder entrar no REVIVE, passarmos pela Casa da Cerca, já estamos a reabilitar a Casa Pragana, já abrimos o Salão das Carochas, já estamos a prever também a requalificação de toda a envolvente do Quarteirão das Artes, do Teatro António Assunção, o próprio Cemitério de Almada a partir deste momento, e eu agora passei a ficar com os cemitérios há relativamente pouco tempo, mas eu já dei indicações que os cemitérios também são espaços de cultura, também devem ser tratados nesse âmbito, com o cuidado



necessário, sobretudo o Cemitério de Almada, naquele sítio, naquela localização. E sim, mais à frente está prevista uma piscina. Portanto, não faz nenhum sentido nós estarmos a criar uma segunda piscina. Como isto, é através de um clube, eu considero que não devo estar aqui a revelar enquanto o próprio clube não formalizar a proposta.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 2.1 relativo às Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2025 – apresentação pelo Porta-Voz da AMJA.

6.1.1 – Para apresentar o ponto 2.1 do Período de Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS);

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O primeiro ponto no Período de Antes da Ordem do Dia, é referente às Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2025, a apresentação pelo Porta-Voz da AMJA, neste caso o Porta-Voz eleito este ano foi o estudante Gabriel Dias, da Escola Secundária Cacilhas-Tejo, que está aqui hoje connosco e que nos vai apresentar as Recomendações da Assembleia Municipal Jovem de Almada.

A Assembleia Municipal Jovem, como todos aqui saberão, é um projeto da Assembleia Municipal, com a estreita colaboração da Câmara Municipal de Almada e em particular do Departamento de Juventude, a quem eu agradeço toda a colaboração que foi dispensada ao longo destes anos para que este projeto seja um sucesso e mais uma vez, este ano, como nas edições anteriores, foi um sucesso e permitiu proporcionar momentos de participação cívica por parte dos cidadãos mais jovens do Concelho e de alguns deles que foram eleitos Deputados Municipais Jovens do Concelho, representantes das suas escolas e permite também aproximar os eleitos dos mais jovens cidadãos da nossa comunidade.”

6.1.1.2 – Usou da palavra o Porta-Voz da AMJA – Assembleia Municipal Jovem de Almada, Senhor Deputado Municipal Jovem Gabriel Dias.

6.1.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Jovem Gabriel Dias, Porta-Voz da AMJA:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui como foi referenciado, em nome da AMJA e escolhido pelos restantes Deputados Jovens da AMJA, para apresentar a proposta que foi por nós eleita.

No caso, a criação de um gabinete de apoio aos jovens de Almada no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, entre e outros equipamentos municipais que ofereça apoio e integração dos jovens almadenses e imigrantes, articulando respostas entre escolas, serviços da Câmara Municipal de Almada e entidades parceiras, como psiquiatras, psicólogos, terapeutas, professores, associações e voluntários, entre e outros que vierem a ser considerados e forma como isto se implementa e como se faz a administração do mesmo direito, tudo isto com o principal objetivo de promover a integração através do apoio linguístico e cultural, com o apoio à saúde mental combatendo o estigma da mesma.

Como fundamentação a presente proposta surge de uma versão entre as propostas apresentadas pela Escola Secundária Romeu Correia e pela Escola Secundária Cacilhas-Tejo, durante a sessão de capacitação que houve aqui perto, na Casa Amarela.

A proposta nasce como resposta do crescimento significativo do número de jovens que relatam dificuldades relacionadas à saúde mental, muitas vezes sem conseguir o apoio necessário por parte dos serviços atualmente disponíveis nas instituições escolares, porque sinceramente, não considero que a maior parte de jovens do nosso Concelho, sejam eles nascidos cá, sejam eles imigrantes, tenham a capacidade de poder esperar meses e meses sem conta, por seja um atendimento público ou ter que estar a pagar preços no valor de 30.00€ (trinta euros) a 50.00€ (cinquenta euros) por consulta para poder ter um apoio que é-lhes mais do que merecido.



Como objetivos, temos que reduzir o estigma associado às questões da saúde mental entre os jovens criando espaços seguros de escuta e apoio psicológico, fomentar a inclusão social e emocional com especial atenção aos jovens imigrantes e aqueles que enfrentam barreiras linguísticas, promovendo um sentimento de pertença e valorização de diversidade cultural;

Contribuir para a melhoria de bem-estar emocional dos jovens através de iniciativas contínuas de prevenção, sensibilização e apoio especializado;

Desenvolver as competências linguísticas e sociais dos jovens, em particular daqueles que têm o português como segunda língua, promovendo a sua participação ativa na vida escolar e comunitária;

Fortalecer a colaboração entre o Município, os estabelecimentos de ensino e a comunidade local criando redes de suporte sustentáveis e eficazes.

Como etapas de implementação temos de iniciar um levantamento detalhado das principais necessidades e desafios enfrentados pelos jovens do Concelho;

Estabelecer parcerias estratégicas com profissionais das áreas da saúde mental, educação e integração social;

Criar um grupo de trabalho municipal em articulação com a comunidade educativa responsável pela coordenação e acompanhamento do projeto;

Definir protocolos de atuação específicos para o funcionamento do gabinete, tanto no eixo da saúde mental como no apoio à aprendizagem da língua portuguesa;

Identificar os profissionais necessários ao bom funcionamento das atividades assegurando equipas multidisciplinares capacitadas, isto também na forma como os alunos se inscrevem, depois no princípio do ano letivo assim que esta proposta fosse considerada, ser distribuído um panfleto por todos os alunos da escola no princípio do ano letivo, para os mesmos demonstrarem se têm uma necessidade atual de um certo apoio que estes gabinetes poderiam potencializar, também recorrendo à atribuição do mesmo panfleto ainda à secretaria durante o decorrer do ano letivo.

Foi constado durante a última sessão em que foi eleita a proposta, que o mesmo não poderia ser feito sem autorização dos encarregados de educação dos mesmos, se for realmente o caso, se não há qualquer tipo de problema, nem acho que inibe a proposta de ser exercida, mas também quanto menos tiver que haver um impedimento de acesso dos jovens que necessitem deste apoio, melhor.

O início de funcionamento, prevê-se que o projeto tenha início no arranque do próximo ano letivo se o mesmo for possível, com funcionamento contínuo e abrangendo todos os jovens do Concelho de Almada, independentemente da sua origem ou situação escolar.”

6.1.2 – No Debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Marta Cortez Santos (PS), Luís Filipe Palma (CDU) a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.1.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tomo hoje a palavra com particular entusiasmo para falar de uma iniciativa que mais do que simbólica é profundamente transformadora, a Assembleia Municipal Jovem de Almada.

Esta não é apenas uma ação pedagógica, é um verdadeiro exercício de democracia, é um espaço de escuta, de aprendizagem mútua e de afirmação de cidadania ativa.

Por isso, gostaria de agradecer aos jovens que fizeram parte desta iniciativa e ainda em especial ao Porta-Voz que aqui esteve hoje para nos transmitir aqueles que foram os resultados deste exercício democrático.

Durante demasiado tempo, ouvimos que os jovens estão desligados da política, como se tivessem virado costas à vida pública. Não é verdade. A realidade é que os jovens não têm desinteresse, muitas vezes é uma questão



[Handwritten signatures]

de desilusão ou falta de informação simples e acessível, mas muitas vezes é a ausência de canais reais de participação e é aqui que nós, enquanto eleitos, temos a responsabilidade de agir. A juventude não está alheada, está atenta, está nos movimentos pelo clima, nas causas sociais, na solidariedade digital, nas associações locais, nas universidades, nas redes sociais. Os jovens são informados, questionam, propõem e mobilizam. O que lhes falta muitas vezes é que lhes demos palco, que os tratemos como cidadãos plenos, com voz própria e não como espetadores de informação.

A Assembleia Municipal Jovem, é neste sentido, uma manifestação da constante e necessária renovação democrática. É um espaço onde os jovens aprendem sim, mas onde nós também aprendemos com eles. Escuta-los é perceber o que os inquieta, o que os move e sobretudo, o que esperam da política e de quem os representa.

Em Almada temos uma juventude crítica, criativa e interventiva.

Cabe-nos valorizar isso acolhendo as suas propostas, incentivando o seu espírito de iniciativa e criando estruturas permanentes para existir um diálogo intergeracional.

Não podemos continuar a falar sobre os jovens, temos de falar com os jovens. E mais ainda, temos de os ouvir e de os integrar. Porque a política não feita apenas de votos de quatro em quatro anos, a política vive-se todos os dias, nas decisões pequenas e nas grandes lutas, e é preciso que os jovens saibam desde cedo que têm voz na mesa onde essas decisões são tomadas.

A democracia só será plena que for verdadeiramente inclusiva e isso significa também abrir espaço às novas gerações e fomentar a sua participação, não apenas como herdeiros do futuro, mas sim como construtoras do presente.

A Assembleia Municipal Jovem é um passo nesse caminho e que venham muitas mais."

6.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saudar o Porta-Voz da Assembleia Municipal Jovem de Almada, e sobretudo recordar aquele que foi o processo que levou à aprovação desta proposta, que é uma proposta que parte da escola, mas que tem um olhar para a comunidade e que tem uma perspetiva de intervenção social. E o conjunto de propostas apareceram, esta foi aquela que esmagadoramente recebeu a aprovação e teve da parte de outros colegas também representantes de outras escolas, uma atitude muito positiva, que se associaram e contribuíram para que também ela pudesse ser aprovada e que algumas medidas da segunda proposta pudessem também ser integradas.

Portanto, valorizar sobretudo, a intervenção que foi feita aqui há minutos e a forma democrática como decorreu todo este processo, de entendimento entre os jovens que aliás, quem teve a oportunidade de participar até nos serviu de lição, como eles chegaram a entendimento para que encontrassem e concilhassem o melhor das duas propostas. Portanto, saudar esta iniciativa e o jovem em particular que hoje representou todos aqueles que são membros da Assembleia Municipal Jovem de Almada."

6.1.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me aqui também, saudar a Assembleia Municipal Jovem, temos muito orgulho de ela estar no seu 6.º ano de existência, que eu acho que é fundamental e saudar naturalmente, o Porta-Voz e no Porta-Voz Gabriel Dias, saudar todos os jovens que participaram na Assembleia Municipal jovem. Não posso estar mais de acordo com o que disse a Senhora Deputada Municipal Marta Cortez, que não basta ouvir os jovens, é preciso fazer com os jovens. Todas as iniciativas que têm sido criadas, seja a Assembleia Municipal Jovem, seja os Orçamentos Participativos Jovens, cujo aliás, a última execução do projeto já está em curso e, portanto, todos os projetos do Orçamento Participativo Jovem já estão feitos e, portanto, já poderemos pensar no futuro.

Saudar a proposta que é apresentada. Dizer o quanto gostamos que os jovens ocupem cada vez mais a Casa Amarela, que é uma casa que lhes pertence e neste momento há uma ocupação quase permanente, com



imensos projetos cada vez mais intensos e feitos para e pelos jovens, e pelos jovens, é fundamental. De facto, há uma dinâmica agora na Casa Amarela, infelizmente o Senhor Vereador Filipe Pacheco não está cá, mas ele melhor do que ninguém podia falar disto, mas de facto, é impressionante essa dinâmica.

Dar nota mesmo assim que, parece-me que a proposta pode ser rapidamente executada, e depois a Senhora Vereadora poderá falar um pouco mais. Por um lado, relativamente aos jovens imigrantes, já temos um programa que é os CLAIM, temos parceiros que é o Centro Social e Paroquial da Costa da Caparica e agora também o Centro Social e Paroquial da Charneca de Caparica, isto abrange todo o território e também já temos nas escolas o apoio psicológico. Portanto, essa matéria penso que é possível, partindo de uma estrutura que já existe, tentar trazer também a este local que é a Casa Amarela com a qual os jovens se identificam, poder ser no seu espaço. Tem que se estudar, ver essa possibilidade, mas a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira pode explicar um pouco melhor como é que estas duas iniciativas, seja o apoio aos imigrantes onde nalguns casos o ensino da língua também está presente ou mesmo em todas e a questão do apoio psicológico, funciona para começarmos a trabalhar na possibilidade da sua extensão porque nós sabemos que nunca chega.”

6.1.2.4 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Completando a informação que a Senhora Presidente de Câmara deu, efetivamente, nós temos em Almada, três Centros Locais de Apoio ao Imigrante, um sediado no Centro Paroquial e Social da Costa da Caparica, o outro Associação Ad Sumus, recentemente inaugurado na ÚNICA – Universidade Intergeracional do Concelho de Almada, na Charneca de Caparica.

São como eu costumo dizer, portas abertas ao imigrante sempre que ele nos procura, nas situações que sabemos muitas vezes são de grande vulnerabilidade e isso tem uma resposta transversal, acolhem, ajudam logo numa primeira fase a tratar de documentos, ajudam na procura de emprego, ajudam na procura da inserção das crianças que eventualmente as famílias tenham nas escolas e mesmo encaminhando quando esse é o caso, para os nossos serviços de apoio e atendimento social, quando são situações que o justifiquem.

Portanto, isto nestes três anos passados e no próximo ano faremos o mesmo, aquelas Freguesias que não estão contempladas com o CLAIM, são itinerantes. Fazemos itinerância destes com materiais e recursos humanos, que pertencem aos CLAIM que estão mais fixos.

Portanto, este é um bom princípio que eu penso que pode de uma forma muito profícua, ser uma base de trabalho para a proposta que eu saúdo e que foi aqui apresentada.

Temos por outro lado, também, um programa de apoio psicológico em contexto escolar. Este programa deu resposta a uma necessidade grande das escolas, que muitas vezes e costumo dizer que todos os problemas desaguam na escola, mas a sociedade civil não se organiza para ajudar a escola a resolve-los, foi esta a minha experiência enquanto lá andei, portanto esta preocupação de poder dotar a escola, temos um problema com uma criança não há consulta no HGO, não é fácil arranjar, há ali uma porta aberta para que as crianças possam com condições e elas estão devidamente explicitadas no documento, possam aceder a uma consulta. E tivemos muitas, e temos miúdos a serem acompanhados. Portanto, acho que este é outro elemento e instrumento de trabalho que podemos juntar como base de começo de trabalho, para a proposta que aqui foi apresentada.

Eu saúdo a Assembleia Municipal Jovem de Almada, acho que ela é uma escola de cidadania, é uma escola e um local da cidadania e de exercício da cidadania plena, eu penso que ela contribui muito para que possamos ter jovens mais informados, jovens mais participativos nas suas comunidades e que construam comunidades diversas, porque está provado, não sou eu que o digo, porque está escrito por quem sabe, que comunidades diversas são mais tolerantes, mais coesas e mais fortes. Isto está dito, como digo não é por mim, mas subscrevo completamente este princípio.

Portanto, toda a abertura que a Senhora Presidente de Câmara já deu e eu enquanto ligação às escolas, estarei para podermos colaborar todos e construir aquilo que foi um processo participado, democrático e que expressa a vontade dos jovens.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

6.2 – Para apresentar declarações políticas e requerimentos usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Luís Filipe Palma (CDU), José António Rocha (BE).

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente,

Na última Sessão desta Assembleia Municipal, dedicou alguns minutos do seu discurso a explicar como estava focada em “combater o CHEGA” e que esse era o seu principal foco político.

Mais recentemente, na comissão dedicada ao Ginjal, insistiu novamente na mesma narrativa, mas foi mais longe chegando ao ponto de insinuar – falsamente – que eu acuso todos os eleitos de serem corruptos, numa tentativa clara de inverter responsabilidades e desviar o foco da discussão.

Já percebemos que o seu combate ao CHEGA não está a resultar. Basta olhar para os números alcançados: passámos de 1 para 12, de 12 para 50 e de 50 para 60 Deputados na Assembleia da República. E com a ajuda dos almadenses iremos ver a mesma tendência na Câmara Municipal de Almada já em outubro.

Não se esqueça, quem manda são os portugueses e os almadenses, só eles nos dão, ou retiram, o direito de estar aqui a falar. Estamos cá para defender as suas posições, a transparência, a isenção, a competência.

Compreendemos que queira combater estes valores, é algo que o seu partido pouco tem demonstrado ao longo destes mais de 50 anos de democracia. Esconderem-se atrás do cravo já não chega. É preciso mais, é preciso ouvir os almadenses, os seus anseios, as suas necessidades.

Ao querer combater o CHEGA demonstra querer combater também os almadenses que nos deram e continuarão a dar o seu voto.

E claramente não foi eleita para isso.

Mas é mesmo esse o ponto que aqui trago. Talvez, em vez de se concentrar em combater o CHEGA com frases falsas ou ideológicas, devesse finalmente, focar-se no que os almadenses realmente querem e precisam. Basta olhar para o Concelho para perceber que isso não está a acontecer.

Senhora Presidente, em vez de se fixar em combater o CHEGA, devia focar-se em apanhar o lixo da Cidade, limpar as ruas, resolver o problema da habitação, conseguir investimento para Almada, em suma ... ser e agir como Presidente de Câmara. Porque foi para isso que foi eleita, e é para isso que é paga todos os dias.

Em vez de se preocupar com o CHEGA, trate das paragens dos autocarros, que com a sua gestão incompetente já vão no 2.º concurso público.

O CHEGA não foi eleito, nem existe, para combater alguém em específico. Existe para garantir que determinados grupos não têm mais direitos do que outros, que todos os portugueses são iguais perante a Lei, que todos são tratados de igual forma pelos órgãos políticos, pelo Estado e órgãos locais, que os dinheiros públicos são bem gastos e aplicados, e assegurar que os nossos filhos têm direito a emprego sem terem de passar pela Juventude Socialista ou ter cartão de militante.

Nós existimos para servir a população, para lutar por ela, para a servir e nunca para nos servirmos dela.

Senhora Presidente, termino dizendo-lhe, olhos nos olhos: O CHEGA não é de extrema-direita, é de extrema necessidade.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada, cinquenta e um anos depois do 25 de Abril, enfrenta o período mais complexo e difícil da sua vida desde Abril de 1974.



Nos primeiros quarenta e três anos após a Revolução dos Cravos, com empenho, luta e dedicação das populações e da generalidade dos autarcas, Almada viu-se dotada das infraestruturas básicas de água e saneamento, que o fascismo sempre lhes negou, criou as infraestruturas de transportes, os equipamentos desportivos, sociais, culturais e recreativos, de saúde e de educação, que transformaram o nosso Concelho num dos mais atrativos da Área Metropolitana de Lisboa.

Ao contrário, nos últimos oito anos Almada foi atacada por uma forte paralisia provocada pela gestão PS (quase sempre apoiada pelo PSD), casuística, propagandística, que não teve em consideração os dramas dos mais desfavorecidos, dos jovens, dos trabalhadores e do povo do nosso Concelho, nem olhou para o Movimento Associativo, Recreativo, Cultural e Desportivo, como um efetivo parceiro estratégico de desenvolvimento do Concelho.

Vejam os:

Em oito anos de gestão, o PS agravou a carga fiscal sobre os Almadenses, que atingiu uma receita de 70.400.000.00€ (setenta milhões e quatrocentos mil euros) em 2024, cerca de 50% mais relativamente a 2017. Almada é hoje um dos Concelhos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto com maior carga fiscal por município.

Oito anos em que as receitas municipais com origem em taxas, multas e outras penalidades, quase triplicaram, atingindo em 2024 os 9.400.000.00€ (nove milhões e quatrocentos mil euros).

Oito anos em que as tarifas de água e saneamento passaram a ser as mais elevadas do distrito de Setúbal (cerca de 40% acima da média).

Almada é o Concelho do Distrito de Setúbal com maiores perdas de água (cerca de 30%), e com a rede de distribuição mais envelhecida, tendo apenas 0,3% das condutas com mais de dez anos sido reabilitadas nos últimos cinco anos (dados da entidade reguladora – ERSAR).

Uma gestão PS que em todos os anos apresentou níveis de execução orçamental baixíssimos, em particular no investimento, nunca conseguindo ultrapassar metade daquilo que prometeu. Em 2024, mais de 1/5 do orçamento global da despesa não foi executado; no investimento, na habitação, na educação, nos equipamentos sociais, culturais e desportivos, e na mobilidade, a percentagem de execução é ainda mais baixa.

Uma gestão do PS que se caracteriza pela falta de rigor e falta de transparência: olhemos para a rubrica “aquisição de serviços” e para as duas subrubricas “Outros” – outros trabalhos especializados e outros serviços –, nas quais as despesas aí incluídas representam mais de 50% do total do montante gasto com aquisições de serviços, atingindo um valor de 18.600.000.00€ (dezoito milhões e seiscentos mil euros) só em 2024 e sobre as quais nenhuma informação é fornecida. Se considerarmos os últimos quatro anos, esse valor ascende a 63.700.000.00€ (sessenta e três milhões e setecentos mil euros).

A gestão PS revelou também preocupantes fragilidades estruturais na execução da despesa. A despesa corrente apresenta um forte peso relativamente à despesa total verificada em 2024 (61,6%).

Ao mesmo tempo, a execução de investimento é muito reduzida, com níveis a rondar os 41% do valor orçamentado e um peso de apenas 12,1% do total da despesa do ano.

Esta falta de execução do investimento tem particular expressão ao nível do programa de habitação, com uma execução física muito reduzida. Vale a pena lembrar que o PS inscreveu no seu Programa Eleitoral para o atual mandato, a construção nova de 450 (quatrocentos e cinquenta) fogos e a reabilitação de outros 700 (setecentos) fogos.

Foram, entretanto, assumidos compromissos de investimentos de perto de 80.000.000.00€ (oitenta milhões de euros), essencialmente no âmbito do Plano Municipal de Habitação e na área da Educação com fundos do PRR, que, não sendo executados até ao final do 1.º semestre do próximo ano, podem colocar em causa o equilíbrio e a saúde económico-financeira do Município, a médio prazo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

R. Z.
[Signature]

No final do seu 2.º mandato, se confrontarmos a realidade com as promessas apresentadas no último programa eleitoral do PS, concluiremos que na sua esmagadora maioria, essas medidas e projetos não saíram da gaveta.

Sem sermos exaustivos vejamos alguns exemplos mais emblemáticos das promessas por cumprir:

- Novo apeadeiro da Fertagus em Vale Flores;
- Modernização e ampliação do Transpraia até à Trafaria;
- Criação de uma nova passagem entre o Pragal Velho, o Cristo-Rei e a envolvente ao Hospital Garcia de Orta.
- Implementação de 100 km de infraestruturas cicláveis;
- Concretização do Plano de Acessibilidades do Concelho de Almada;
- Plano Integrado de Requalificação e Dinamização da Frente Atlântica;
- Desenvolvimento de uma Estratégia Municipal Integrada para a Gestão do Litoral;
- Plano Integrado de Requalificação da Frente Ribeirinha;
- Construção do Centro de Recolha e Bem-Estar Animal, que em 2017 tinha local e projeto, foi abandonado, e em 2025, agora com o aproximar das eleições, foi apresentado o projeto;
- Criação de espaço qualificado para a prática de desporto náutico;
- Criação de uma rede de Salas de Estudo, com a missão de combater o abandono e o insucesso escolar;
- Construção de 3500 (três mil e quinhentos) fogos no Plano Integrado de Almada, assumido como municipal no programa eleitoral, mas tratando-se, de facto, de uma responsabilidade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, por isso do Governo da República;
- Construção de mais 450 (quatrocentos e cinquenta) fogos no parque habitacional municipal, dos quais nem uma centena foram iniciados;
- Reabilitação de 1270 (mil duzentos e cinquenta) fogos no parque habitacional existente, dos quais não chega a duas centenas os fogos intervencionados;
- Reforço da rede escolar com criação de respostas para pré-escolar;
- Reabilitação e requalificação da rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, que se ficou pela introdução de algumas salas de aula para alunos do secundário na Escola Carlos Gargaté na Charneca de Caparica.
- Ampliação da rede do 1.º Ciclo, que se traduziu, de facto, na redução da rede, com o inexplicável encerramento da Escola Básica da Fonte Santa.
- Finalização da obra de requalificação dos apoios de Pesca e instalação do Museu Vivo da Pesca e da Arte-Xávega., pelos vistos, durante a semana passada com a apresentação de um desenho;
- Criação de três novos equipamentos culturais: Ginjal, Almaraz e Piscinas de S. Paulo;
- Reabilitação do edifício da antiga sede da EDP, que se ficou por um projeto que ninguém sabe onde está;
- Reabilitação do Museu Naval para a Preservação do legado patrimonial industrial;
- Polo de desenvolvimento ecoturístico da Costa da Caparica Sul;
- Almada Innovation District;
- Porto de Pesca na Trafaria;
- Reabilitação dos Mercados Municipais;
- E, veja-se, a cereja no topo do bolo, a tão propagandeada finalização, discussão pública e aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal de Almada, remetida para as “calendas gregas”.



Senhores Deputados Municipais, Senhoras Deputadas Municipais,

Em oito anos de Presidência da Câmara Municipal, o executivo do PS foi incapaz de contribuir para a resolução dos problemas da população e de cumprir com a grande maioria das suas promessas.

Desculpou-se sistematicamente com os que o antecederam, com a COVID, com a guerra na Ucrânia, com o Governo Central (nos tempos mais recentes...), e até mesmo com os munícipes, invocando a sua pretensa falta de civismo.

Da habitação, à mobilidade, à limpeza urbana, ao movimento associativo, desportivo, recreativo e cultural, à educação, à saúde, à ação social e à juventude, nunca a situação foi tão grave.

Na mobilidade, com a sua convivência e inoperância, esta Câmara Municipal permitiu que o Concelho chegasse ao caos atual.

Ao fim de sete anos, acordaram para o problema: o resultado traduziu-se na ida de alguns eleitos à Estação da Fertagus no Pragal e ao lançamento do debate público sobre a extensão do Metro à Caparica e Trafaria, ambos com direito a tempo de antena.

Iremos no futuro ter o prolongamento do Metro à Costa da Caparica e da Trafaria, será essa a vontade dos almadenses? Os tempos o dirão.

Entretanto hoje, a mobilidade dentro do Concelho e para fora dele, exige medidas urgentes em vez de propaganda.

Algumas dessas medidas estão ao alcance do Município e já deviam ter sido tomadas; outras, da responsabilidade do poder central, passam pela mobilização da população, liderada pelos autarcas exercendo pressão permanente sobre o Poder Central para que as concretize, coisa de que o executivo do PS foge como “diabo da cruz”.

Lembremos que em 2017 o Partido Socialista ergueu a bandeira da limpeza, e anunciou trazer na manga a solução milagrosa para este problema.

Afinal, não só não o resolveu, como assistimos à sua contínua degradação, com trabalhadores desmotivados, desinvestimento em recursos humanos e em equipamentos, desmantelamento dos serviços e tentativa de empurrar parte do problema para a responsabilidade das Freguesias e para os privados.

As soluções para esta realidade passam pela contratação de mais trabalhadores para os quadros do Município, pela aquisição de equipamentos mais modernos e eficazes e pela reorganização dos serviços em diálogo com os trabalhadores e seus representantes.

A privatização destes serviços, que é a única resposta que o executivo PS conhece e põe em prática, apenas serve para encher os bolsos de alguns, fragilizando um serviço público de qualidade e adequado às necessidades do presente e com capacidade de se adequar ao futuro, que constitui uma das principais competências e atribuições históricas do Poder Local Democrático.

E o que dizer sobre a habitação.

Vivem no nosso concelho milhares de famílias que trabalham, mas cujos ordenados não chegam para pagar uma renda ou comprar uma casa.

Muitas dessas famílias habitam em barracas, casas abarracadas sem condições de salubridade, que partilham espaços habitacionais com outras famílias, ou que tendo já constituído família, são obrigados a continuar a viver em casa dos pais, avós ou outros familiares.

Para essas famílias a apresentação da Estratégia Local de Habitação de Almada, constituiu um momento de esperança: finalmente parecia estar ali a solução para o seu problema da habitação.

Mas a realidade impôs-se ao fugaz momento de esperança!



Dos mil e seis fogos que se previa construir na Estratégia Local de Habitação, foi iniciada a construção de 95 (neste momento, nenhum está concluído) e dos 1270 (mil duzentos e setenta) fogos do parque municipal existente, que se previa reabilitar até 2026, foram realizadas obras em menos de duas centenas.

Também de acordo com essa estratégia, de um investimento total de mais de 188.000.000.00€ (cento e oitenta e oito milhões de euros) com o apoio do Programa de Recuperação e Resiliência, nunca mais ouvimos falar, e nem à Assembleia Municipal o atual executivo do PS se tem dado ao trabalho de apresentar o relatório anual da sua evolução, como a lei obriga.

Apesar da propaganda feita pelo executivo do PS, que diz que candidatou todos os projetos urgentes, no montante de 52.000.000.00€ (cinquenta e dois milhões de euros), uma consulta recente ao Portal da Transparência mostra-nos que na verdade foram apenas candidatados 19.700.000.00€ (dezanove milhões e setecentos mil euros) na área da habitação, e recebidos 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros).

A incapacidade e a inação que o executivo do PS tem demonstrado, é não apenas hoje fortemente penalizadora da vida dos almadenses, como pode no futuro vir a custar muito caro a todos os cidadãos deste Concelho.

Senhores Deputados Municipais, Senhoras Deputadas Municipais,

É este o cenário que nós temos no nosso Concelho, são estes os oito anos de oportunidades perdidas e como já aqui afirmamos, com a gestão do Partido Socialista, haverá quem ganhe, mas não são seguramente os trabalhadores, os jovens, a população idosa, o movimento associativo, a comunidade educativa nem as instituições particulares de solidariedade social.

Apesar de sentirmos que o nosso Concelho atravessa o período bastante difícil, depois de Abril de 1974, de que acabámos de comemorar os 51 anos, apesar de a situação política saída das últimas Eleições Legislativas do passado dia 18 de maio, não nos deixam antever um futuro próximo risonho, mas temos a profunda convicção, de que por decisão dos Almadenses, Almada voltará a ser território de referência na inovação, desenvolvimento, bem-estar, coesão, e muitos será o território de todos."

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vivemos um momento de grande desafio social e político, que não podemos ignorar, não podemos simplesmente fechar os olhos. Hoje, o desafio é imenso e a nossa resposta precisa ser ainda maior.

Estamos diante de uma crise habitacional em Almada que tende a agravar com a ascensão da extrema-direita que ameaça a justiça, igualdade e solidariedade que são pilares da democracia.

Não nos enganemos, a radicalização de discursos xenófobos e antidemocráticos não é um fenómeno isolado, estará sempre diretamente ligado à crescente precarização das condições de vida das pessoas. Ao ignorar a pobreza, a desigualdade e a exploração, esses movimentos contribuem para a instabilidade social, tornando a nossa resposta ainda mais urgente.

E não, não podemos mais tolerar a apatia diante da crise habitacional.

Quando falamos de Almada, falamos de um problema que não pode ser minimizado. A responsabilidade não está apenas em Lisboa, está também nas mãos de quem governa localmente. A Câmara Municipal de Almada, que teve e que tem o poder de transformar esta realidade, falhou. Falhou com a população, falhou com os almadenses. A nossa cidade, que deveria ser um lugar de acolhimento e justiça social, está a ser atropelada pela especulação imobiliária e pela indiferença política.

Milhares de pessoas em Almada estão a perder o seu direito fundamental à habitação, garantido pela nossa Constituição. Em vez de encontrarem soluções, as famílias são empurradas para a marginalização, para viver em condições desumanas ou a ocupar terrenos de forma ilegal. Enquanto isso, a especulação imobiliária só cresce, as rendas aumentam e as grandes imobiliárias continuam a dominar o mercado, criando uma realidade insuportável para quem, honestamente, só deseja um lar digno.



E o que vemos? O que vemos é uma verdadeira carnificina imobiliária. Bairros inteiros estão a ser destruídos em nome do lucro de poucos, enquanto as famílias trabalhadoras são afastadas, empurradas para a invisibilidade. A gentrificação está a rasgar a alma da Cidade, substituindo o comércio local pela invasão das grandes superfícies, tornando as nossas ruas estéreis e desprovidas de vida. A nossa cidade, a nossa casa, está a ser sacrificada no altar da especulação.

Mas não vamos permitir que isso aconteça.

O Bloco de Esquerda tem defendido, com unhas e dentes, que a criação de políticas públicas eficazes para enfrentar esta crise, é não apenas uma necessidade, é uma obrigação moral. O Município tem de assumir a sua responsabilidade e garantir mais habitação pública, acessível, para todos. Porque, na verdade, o mercado de arrendamento não se resume a uma questão de oferta, é uma questão de direitos humanos. E o direito à habitação não pode ser uma mercadoria para os mais ricos.

Esta luta não é apenas contra os preços abusivos das rendas. Esta luta é contra a desigualdade estrutural, contra o sistema que transforma a habitação numa mercadoria de luxo, ao invés de um direito inalienável de todos. A crise habitacional em Almada é um reflexo de um sistema que permite que os poderosos joguem com as vidas dos mais vulneráveis, sem qualquer remorso.

E esta é a hora da mudança.

Não podemos esperar mais. Não podemos continuar a ser coniventes com a destruição das nossas comunidades e das nossas vidas. Almada tem de ser uma cidade para todos, não para alguns.

Exigimos ação. Exigimos políticas públicas que garantam habitação digna e acessível, agora! Chega de promessas vazias, chega de discursos que não se concretizam na realidade. A nossa cidade não pode ser um campo de jogo para grandes imobiliárias e especuladores. Chegou a hora de reverter este processo e a resposta está nas nossas mãos.

Vamos agir agora, para garantir que todos os almadenses possam viver com dignidade, segurança e estabilidade. Porque é disso que se trata: de justiça, de direitos, de um futuro que seja realmente para todos.”

6.2.1 – No debate usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), e o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal do CHEGA, interpelou-me diretamente, portanto acho que por cortesia devo-lhe responder.

A primeira questão é que eu o convido, vê-se mesmo que não tem experiência autárquica, porque senão saberia quais são as dificuldades relativamente aos concursos públicos e tudo o que mencionou, faz parte da gestão pública, a menos que o CHEGA queira privatizar tudo, algo que o Deputado Municipal Luís Palma nos acusa, mas não sei onde é que foram buscar essa ideia, porque nunca foi pronunciada, nem nunca dissemos que iríamos privatizar coisa nenhuma. Mas o PCP insiste que nós vamos querer privatizar a higiene urbana, os SMAS, e tudo. O CHEGA insiste em não perceber o que é uma contratação pública, portanto, suponho que quererá privatizar.

E volto a dizer muito francamente, nós temos aqui numa Assembleia que é política, e sim, eu irei sempre combater os vossos valores. Não diminui em nada o carácter democrático, felizmente, a democracia é feita de opostos e é feita de opostos que se enfrentam. Portanto, não precisa de citar uma reunião de Comissão, eu volto com todo o gosto a repetir o que lhe disse, garanto que em todas as ocasiões, irei combater tudo o que os Senhores em Portugal e fora de Portugal defendem. O CHEGA em Portugal não é original, é a mesma receita que eu já vi em muitos outros países, é exatamente as mesmas fórmulas, os mesmos temas, tudo. Para um partido que se diz tão nacionalista, podiam ao menos variar um bocadinho, mas eu até lhe arranjo discursos que são iguais. Portanto, sim acho normal, há uma espécie de internacional de extrema-direita, todos eles acham que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

são muito necessários e em todo o sítio onde eu estiver, em todo o país onde eu estiver, continuarei a combater-vos.

E já agora, permita-me que lhe diga, o orgulho que eu tenho em Almada, por ter sido o único sítio do Distrito onde o seu partido chegou em terceiro. É esse o orgulho que eu tenho dos almadenses. O futuro eles decidirão e nós cá estaremos cada um à sua maneira para combater e defender as nossas ideias.

Aqui a CDU insiste em viver numa realidade alternativa. O Senhor Deputado Municipal Luís Palma é candidato, fez o seu discurso de campanha, algum dia acho que vamos ter certamente ocasiões de debater e eu perguntar onde é que ele vai buscar os números, deve perguntar ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço, que confunde as rubricas, as despesas e tudo. É porque depois há contradições no próprio discurso, tão depressa somos acusados de não ter lançado nada, como somos acusados de ter comprometido o futuro comprometendo 80.000.000.00€ (oitenta milhões de euros) em investimento. No que é que ficamos? Comprometemos e avançamos ou não avançamos? É que convém perceber. Se comprometemos, é porque os concursos foram lançados, quer dizer que os contratos foram assinados, quer dizer que as coisas estão em curso. Portanto, há aqui duas questões. Mas, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, acalme-se não precisa de exaltar dessa maneira.

Agora eu estou certa, que teremos imensas ocasiões para debater.

Sobre a mobilidade, eu acho extraordinário as coisas que eu ouço: "Almada, é o Concelho do Distrito com mais perdas de água". Pois é, sabe porquê? É como disse e bem, os Senhores estiveram lá quarenta e dois anos, e a nossa rede é dos anos sessenta. E vêm nos perguntar a nós, que estamos cá há oito anos, eu devolvo-vos a pergunta, é porque há oito anos e há quarenta e dois anos, portanto, são coisas diferentes. Mas também posso perguntar porque é que as casas municipais, acha pouco duzentas reabilitações? Então eu pergunto porque é que nunca tinha havido nalgumas delas, nunca. Eu posso lhe provar, que há uma série de fogos municipais que nunca foram reabilitadas desde a sua construção. E se foram, foram reabilitadas com matérias tão boas ou tão más, que ao fim de cinco ou seis anos, já estão piores do que estavam no início.

Portanto, os materiais que escolheram foram tão maus, que está tudo em mau estado e na sua Freguesia Senhor Presidente Luís Palma. Eu às vezes pergunto se o Senhor Deputado Municipal Luís Palma, alguma vez visitou os fogos da sua Freguesia. Eu acompanho-o com todo o gosto, porque visivelmente, pôs uns óculos quaisquer, a bancada da CDU pôs uns óculos quaisquer, onde acha que Almada é uma referência, Almada terá sido uma referência nos anos oitenta, há trinta anos que não é uma referência. Olhe à sua volta, olhe os Municípios à volta. Quer dizer, aterrem um bocadinho.

E já agora, sobre o PDM isso é extraordinário. Nós apresentamos o PDM ao fim de quatro anos, que teve um parecer positivo condicionado e estamos há quatro anos a debatermo-nos com as entidades. Posso-lhe anunciar que somos mais de duzentos Municípios nesta situação, mais de duzentos Municípios nessa situação. Veja lá o nosso PDM era de 1993, os Senhores desde 1993 até agora, não foram sequer capazes de fazer um PDM de segunda geração. E vêm nos acusar a nós? Os Senhores que contrataram uma empresa durante dez anos para fazer o PDM e que não tinha nada e eu até por respeito, não digo a quanto é que contratavam por mês. Os Senhores que vêm falar de equipamentos, como o Estádio Municipal, que nós propusemos um projeto para o reabilitar e nós temos a resposta da CCDR a dizer que o Estádio não existe porque foi construído em REN. Os Senhores construíram uma Pista de Atletismo em Reserva Ecológica Nacional, querem que eu continuo?

Teremos muitas ocasiões para debater. E de facto, nós tínhamos duas opções: ou fazemos como os Senhores cujo as caldeiras das piscinas municipais na sua Freguesia estavam coladas com fita cola, e eu tenho as fotografias e já as mostrei uma vez em reunião de Câmara e os Senhores viram-nas. Nunca tinha sido reabilitado. Portanto, havia duas opções: ou fazíamos como os Senhores que é fazer inaugurações com pompa e circunstância, manutenção zero, ou fazemos aquilo que eu acho que devemos fazer para servir os almadenses que é recuperar equipamentos fundamentais e que têm que estar funcionais. Foi algo que os Senhores nunca fizeram.

Portanto, como vai ser candidato, terei todo o gosto em debater em detalhe todas essas questões.



Quanto à informação que não teve sobre os trabalhos especializados é falso.

Em primeiro lugar, pediram de facto, informações sobre “outros trabalhos especializados”, nós mandamos as informações. Mas a CDU pediu a discriminação de quatro anos. Esta é a rubrica onde se compra desde um pastel de nata praticamente, até serviços do fim de ano, o “Está Tudo em Festa”, tudo sai daqui. Os Senhores sabem sempre quanto é que custa cada ano, não precisam estar a pedir, porque vai sempre a Câmara Municipal.

Agora, ou não falam entre a Assembleia Municipal e os Vereadores, o que eu não acredito por parte da CDU, ou então, é incompreensível. O Senhor Deputado Municipal José Lourenço quer informações sobre quanto é que custa o “Está Tudo em Festa”, foi a reunião de Câmara, é público, foi aprovado legalmente.

Eu termino só com uma coisa. Um dia irei perceber quem determinou que a CDU só diz verdade e nós todos dizemos mentiras. Uma coisa lhe garanto, isso também não é verdade. Saíam dessa bolha. Não é verdade. Portanto, os Senhores não têm a verdade inculcada e nós não temos a mentira inculcada. Se calhar se saíssem dessa bolha, estaríamos todos provavelmente, melhor e os Senhores também.”

6.2.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, nós é que não temos experiência autárquica, mas são os Senhores com oito anos no executivo que não conseguem fazer um concurso público logo à primeira. É essa a experiência autárquica.

Os concursos públicos falham por diversos motivos e é esta a vossa demonstração de experiência autárquica? É a gestão terrível que fizeram dos veículos de limpeza? É a gestão de Recursos Humanos que fizeram na Assembleia, é esse o vosso exemplo de boa gestão autárquica? Então estamos muito enganados. E estamos efetivamente muito enganados, porque Senhora Presidente, a Senhora Presidente tem orgulho nos almadenses que votam em si, eu sou almadense, nasci nesta terra, nasci aqui, eu tenho orgulho em todos os almadenses, quer tenham votado em mim, quer não tenham. Eu tenho orgulho de ser almadense, tenho orgulho de ser filho desta terra e estou cá há quarenta e oito anos, eu não vim de paraquedas de lado nenhum, estou cá desde o início. Portanto, tenho orgulho em todos os almadenses de onde quer que tenham vindo.

Mas digo-lhe Senhora Presidente, vou usar novamente uma frase sua e peço imensa desculpa: “saia da bolha”. Nem tudo o que a Senhora Presidente diz é verdade, nem tudo o que o CHEGA diz é mentira. Digo-lhe exatamente a mesma frase. Estava a usar para a CDU, uso para nós, tenha um pouco de vergonha, quando usa para outras forças políticas as mesmas frases que usa contra o CHEGA. É essa incoerência, é essa falta de respeito que o PS tem Almada com os Municípios e com quem vota noutras forças políticas.”

6.2.1.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sei que o CHEGA tenta roubar o eleitorado da CDU, mas isso é entre vocês, não é connosco. Nós somos orgulhosamente do Partido Socialista e, portanto, estejam descansados. Entendam-se entre vocês, defendam-se, combatam-se, façam o que quiserem, nós temos uma linha, temos valores, temos o projeto para Almada e de facto, há uma coisa que não me pode acusar, é não ter uma entrega total a esta Cidade e a este Município. Já outros não sei o que é que fazem. Eu sei que o meu dia hoje começou às 07H30 e vai acabar à 00H30 graças aos Senhores e eu estou aqui e continuarei a estar aqui, com a mesma garra, com a mesma determinação.

Relativamente ao lixo, eu acho extraordinário a CDU falar no lixo. Eu bem sei que o CHEGA não tem Autarquias, mas eu aconselho vivamente, a verem o que é que os seus camaradas e bem, também andam a publicar, os apelos que eles andam a fazer nas redes sociais, relativamente ao lixo. E aí poderão verificar que isto não é um problema de Almada. É um problema transversal. Portanto, o Senhor Deputado Municipal Luís Palma, quando diz que nós estamos a culpar os almadenses. E digo-lhe que saiu num estudo agora, em que Almada é o terceiro Município depois de Lisboa, portanto, Lisboa primeiro, Sintra o segundo, e nós somos o terceiro Município que mais toneladas de lixo recolhe. E somos o sexto em população. Porque será? Porque será que nós recolhemos



mais do dobro do que anda aí? É uma boa pergunta. Porque será? Estamos a falar de recolha, não estamos a falar de não recolha.

Portanto, por um lado aconselho-o a ver o drama com os seus camaradas, é porque eu com autarcas entendo-me bem, com Presidente de Câmara entendo-me bem, porque nós sabemos quais são as nossas dores. E já agora, também partilhe esse dado, somos o sexto Município da Área Metropolitana do País, mas somos o terceiro da Área Metropolitana a mais recolher e isso garanto-lhe que nunca fomos antes.”

6.3 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usou da palavra o Senhor Deputado Municipal:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção sobre “Criação do Cemitério Municipal de Animais Domésticos” (cf. Anexo 1);

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta foi uma moção que chegou a esta Assembleia Municipal há cerca de dois anos, foi solicitada a baixa à Comissão e depois de resolvidos todos os esclarecimentos por parte de algumas entidades que colaboraram na apreciação do mesmo documento, trazemos novamente aqui ao Plenário a Criação do Cemitério Municipal de Animais Domésticos.

Ao longo dos últimos anos muito se tem contribuído através de nova legislação e de consciencialização para a responsabilidade aos mais variados níveis, no que diz respeito aos deveres da sociedade para com os animais, nomeadamente para com os animais domésticos e de companhia.

O aprofundamento dessa responsabilidade deixa ao ser humano a tarefa de criar e de salvaguardar que os animais de companhia possam viver com dignidade, com condições adequadas às suas necessidades ao nível da saúde, da alimentação, dos cuidados de higiene e no carinho e afeto que qualquer animal doméstico e de companhia deve ter como garantido.

Quer o Estado quer as autarquias, têm tido um papel fundamental no que concerne ao bem-estar animal, manifestado através de políticas, medidas e regulamentos em benefício e direcionadas para os animais, atribuindo-lhes mais dignidade e qualidade de vida.

Os apoios manifestados em melhoramentos de canis municipais, no incentivo à adoção e famílias de acolhimento, nos cheques-veterinários, nos benefícios fiscais, na criação de equipas e voluntários direcionadas para os animais, no aumento das esterilizações, no controlo de matilhas e demais benefícios que vão ao encontro de uma nova forma de olhar para os animais domésticos e de companhia, fazem parte de muitos investimentos quer ao nível dos municípios quer do Estado central, e que muito têm contribuído para melhorar a relação que a sociedade tem para com os animais, não esquecendo a importância das inúmeras associações que trabalham todos os dias no terreno.

Tal como na vicissitude da vida humana, a morte de um animal doméstico é muitas das vezes, encarada com enorme sofrimento e desolação, tendo em consideração a afeição que os animais de companhia criam junto dos seus donos e das suas famílias.

Desta feita, a dignidade do animal doméstico de companhia deve ir muito mais além da sua relação em vida com os seus donos e com a comunidade. Devem assim, serem pensados mecanismos muito mais que o simples depósito dos animais unicamente para incineração, a fim do cumprimento das regras de saúde pública.

Em alternativa ao método convencional quando os animais chegam ao fim de vida, já se contam em Portugal, alguns cemitérios para animais domésticos criados com a finalidade do sepultamento e prestação de homenagem e culto por parte dos seus donos, o que caracteriza bem a relação de afinidade e de respeito da comunidade quer pela vida quer pela morte animal.



A criação do cemitério para animais domésticos e de companhia é uma solução a encontrar para quem pretenda prestar o respetivo culto mediante taxa municipal devida a aplicar, onde os seus donos depositam o seu animal para sua inumação, na sua última morada.

Tendo em conta os considerandos atrás mencionados, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 25 e 26 de Junho de 2025 em Sessão Ordinária, na localidade do Laranjeiro, delibera recomendar à câmara municipal a criação do cemitério municipal para animais domésticos de companhia fortalecendo a dignidade dos animais desde o início da sua vida até à sua morte.”

6.4 – No debate sobre o documento apresentado usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Ana Margarida Lourenço (PS), António Pedro Maco (CDS-PP).

6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu iria propor uma alteração de fundo ao documento por uma questão muito simples, porque ele como está escrito nós não podemos acompanhá-lo. Mas é por uma questão muito simples.

Nós obviamente, que temos esta sensibilidade e percebemos que é necessário para as famílias terem um local onde possam fazer o luto dos seus animais domésticos, mas a legislação que se encontra atualmente em vigor obriga a que seja feita a inceneração ou a cremação dos animais sejam eles domésticos ou não.

Motivo pelo qual existem poucos cemitérios propriamente dito e que a sua concretização nem sempre é fácil. Eu estou a dizer isto porque o Senhor Deputado Municipal aquilo que propõe é exatamente um cemitério com a inumação e não uma espécie de santuário onde pudessem ser cremados e depositadas as cinzas, que houvesse local de culto e de luto para as famílias e que assim obviamente acompanháramos esta proposta e que poderia até vir a ser estudada e integrada no projeto recentemente apresentado do CRO.

Na forma como está escrito e aquilo que é proposto de cemitério de inumação, não é possível porque a Lei assim não o permite.

Era esta a proposta que tínhamos para fazer, caso aceite a proposta feita, votaremos favoravelmente, caso contrário teremos de votar contra.”

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que a resposta que nós tivemos da Direção Geral de Veterinário, foi exatamente o contrário daquilo que a Senhora Deputada Municipal está a dizer. Portanto, eu penso que o PS tem representantes na 5.ª Comissão, penso que receberam o mesmo documento da entidade e aliás, as dúvidas que se mantinham neste documento era exatamente isso. Portanto, eu penso que essa dúvida foi esclarecida. Portanto, se falta algum entendimento ou de comunicação dentro da bancada do PS, a Senhora Deputada Municipal fez aqui uma afirmação que não é verdadeira.

Senhor Presidente eu solicitava uma interrupção dos trabalhos para vermos esta questão em concreto.”

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, o CDS-PP confirma aquilo que há pouco disse, baseando-se no email enviado para a 5.ª Comissão da Direção Geral Veterinária. Portanto, o email enviado pela mesma entidade afirma que é possível o enterramento de animais e não só, a cremação.

Portanto, neste caso, tendo em conta a solicitação por parte da bancada do PS, o CDS-PP não vai aceitar a proposta.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

E já agora, gostaria de solicitar ao Senhor Presidente que pudesse reencaminhar o email para todas as bancadas, via a Senhora Presidente da 5.ª Comissão da Assembleia Municipal, da Direção Geral Veterinária, onde afirma aquilo que eu aqui estou a dizer.”

6.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.5.1 – A Moção sobre “Criação do Cemitério Municipal de Animais Domésticos”, foi rejeitada por maioria com 15 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias encontrava-se fora da sala.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à Eleição de Cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada;

7.1.1 – Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal a Proposta de Candidatura e Declaração de Aceitação da Cidadã Senhora Maria Carmen Nunes Rosa Ramos.

7.1.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS);

7.1.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O primeiro ponto do Período da Ordem do Dia é relativo à Eleição do Cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada.

Deu entrada na Mesa uma candidatura proposta pela bancada da CDU, da cidadã Senhora Maria Carmen Nunes Rosa Ramos e, portanto, será esta candidatura que estará à apreciação e votação.”

7.1.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por voto secreto, do ponto 3.1 relativo à “Eleição de cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ”, tendo-se verificado o seguinte resultado: 32 votos Sim e 4 brancos, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada elegeu, por voto secreto, a cidadã Maria Carmen Rosa Ramos, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (CPCJA) em representação da Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 17.º, alínea I), da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, relativo aos Relatórios de Comissões;

7.2.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS) para apresentar as Recomendações dos Relatórios de Comissões;

7.2.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Cumpre-me em primeiro lugar fazer um ponto de situação dos Relatórios das Comissões.

Em primeiro lugar, temos o Relatório da 6.ª Comissão relativo à reunião da 6.ª Comissão da Assembleia Municipal de Almada com o Conselho de Administração da Transtejo Soflusa, cujo o Relator é o Senhor Deputado Municipal Ivo Almeida do Partido Socialista.



A reunião realizou-se no dia 24 de fevereiro, o Relatório já foi aprovado pela Comissão e está disponível para apreciação dos Senhores/as Deputados/as Municipais, consta do ponto 3.2.2 da nossa ordem de trabalhos;

O Relatório da 6.ª Comissão da Assembleia Municipal de Almada, relativo à reunião com o Conselho Metropolitano de Lisboa, a Relatora é a Senhora Deputada Municipal Sónia Silva da CDU. A reunião decorreu no dia 25 de fevereiro, o Relatório ainda não está completo;

O terceiro Relatório é relativo à 6.ª Comissão da Assembleia Municipal de Almada, decorre também da reunião realizada com a 6.ª Comissão da Assembleia da República, no dia 6 de março, o Relator nomeado é o Senhor Deputado Municipal Luís Durão do PSD. O Relatório ainda não está também aprovado pela respetiva Comissão;

Temos o Relatório n.º 4, relativo a uma reunião com o Conselho de Administração da Área Metropolitana de Lisboa, da 6.ª Comissão da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 10 de março, cujo o Relator é o Senhor Deputado Municipal José Rocha do Bloco de Esquerda, ainda não está igualmente apresentado;

Temos o Relatório n.º 5, relativo a uma reunião com o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde Almada Seixal, da 5.ª Comissão que se realizou no dia 20 de março, o Relator foi o Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido, foi aprovado pela respetiva Comissão e está à apreciação dos Senhores e das Senhoras Deputados Municipais, é o ponto 3.2.1 da nossa ordem de trabalhos;

E por último, o Relatório relativo à Comissão Eventual sobre o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2.º Torrão, que terminou os seus trabalhos no passado dia 18 de junho e no mesmo dia foi votado o Relatório relativo a esta Comissão, cujo Relator e também Presidente da Comissão, é a Senhora Deputada Municipal Beatriz Ferreira do PSD, foi aprovado e está à consideração também dos Senhores e Senhoras Deputados Municipais.

Cumpre-me também e de acordo com aquilo que foi estabelecido pela Conferência de Representantes, colocar à consideração dos Senhores e Senhoras Deputados Municipais, as recomendações que constam dos Relatórios que terão de ser votados na Sessão de hoje:

Relativamente ao Relatório do ponto 3.2.1 este Relatório não faz nenhuma recomendação à Câmara Municipal de Almada e, portanto, não terá nenhuma votação;

O Relatório do ponto 3.2.2 relativo à reunião com o Conselho de Administração da Transtejo Soflusa, passo a ler as recomendações que foram aprovadas pela Comissão:

Tendo em conta os elementos apurados durante a reunião realizada com o Conselho de Administração da TTSL – Transtejo Soflusa, e considerando a relevância do serviço público de transporte fluvial para a mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, entende-se propor as seguintes recomendações à Câmara Municipal de Almada:

1. Que a Câmara Municipal de Almada mantenha a estreita comunicação com a administração da TTSL – Transtejo Soflusa com vista à resolução célere da situação relativa à realocização do Clube Náutico de Almada, de modo a desbloquear as obras de adaptação da estação de carga.

2. Que a Câmara Municipal, em articulação com os restantes municípios da margem sul, reforce a exigência de um serviço fluvial robusto, eficiente e seguro, com especial enfoque no reforço das ligações Cacilhas – Cais do Sodré, bem como na avaliação da viabilidade de futuras ligações, eventualmente, à zona do Parque das Nações.

Relativamente ao ponto 3.2.3 da ordem de trabalhos, o Relatório da Comissão Eventual sobre o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2.º Torrão, as recomendações que são efetuadas pela Comissão à Câmara Municipal de Almada, são e passo a citar:

Face ao exposto, recomenda-se à Câmara Municipal de Almada, que sejam adotadas as seguintes medidas:

1. Especificar o procedimento de realojamento de emergência no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.



[Handwritten signatures]

Recomenda-se que sejam detalhadas as operações a desenvolver em caso de situações de realojamento de emergência, com definição clara de procedimentos, entidades envolvidas e critérios operacionais. Este plano deve obrigatoriamente garantir:

- a. A informação prévia, clara e atempada às famílias abrangidas, com calendário detalhado das ações, justificação das intervenções e explicação dos procedimentos envolvidos;*
- b. A realização das ações de desalojamento em horário diurno, evitando condições meteorológicas adversas e, sempre que possível, fora do período escolar;*
- c. A identificação visível dos funcionários municipais envolvidos, permitindo às famílias saber com quem estão a interagir;*
- d. O transporte das pessoas e dos seus bens, de forma organizada e com destino a locais com condições adequadas de habitabilidade, mesmo que de forma temporária;*
- e. O reforço da vigilância e inspeção periódica sobre infraestruturas críticas (valas de drenagem, taludes, coberturas subterrâneas), particularmente em zonas urbanas informais, com registo centralizado dos alertas e das intervenções realizadas.*

2. Articulação com entidades da sociedade civil e do setor social.

Deve procurar a formalização de acordos de articulação com associações locais, instituições sociais, ordens profissionais e organizações de direitos humanos, garantindo que:

- a. As famílias abrangidas tenham acesso a apoio jurídico gratuito e informado, permitindo esclarecer dúvidas e assegurar os seus direitos;*
- b. Sejam envolvidas entidades especializadas no apoio a grupos vulneráveis, como crianças, idosos ou pessoas com problemas de saúde mental;*
- c. As soluções de habitação alternativa considerem a manutenção da ligação das pessoas aos seus locais de vida, assegurando o acesso a transportes públicos, escolas, creches, serviços de saúde e apoios sociais.*

3. Criação de um registo centralizado e atualizado de zonas de risco urbano.

Sugere-se a criação de um inventário municipal de infraestruturas críticas e zonas de risco habitacional ou ambiental, sujeito a atualização anual e partilhado com as Juntas de Freguesia, Proteção Civil e demais entidades relevantes. Este instrumento deve ser público e alimentar as decisões estratégicas sobre planeamento urbano e prevenção de risco.

4. Reforço dos mecanismos de fiscalização e prevenção da construção ilegal *A fiscalização municipal deve ser significativamente reforçada, com meios humanos e técnicos adequados, para evitar o surgimento de novas construções ilegais junto à vala do 2º Torrão e noutras zonas críticas do Concelho.*

Deve ainda ser promovida uma revisão dos procedimentos relativos a ações de despejo, garantindo que estes respeitam integralmente os direitos constitucionais das pessoas e famílias abrangidas, nomeadamente o direito à habitação condigna.

A autarquia deverá ponderar a criação de um procedimento de auditoria interna sempre que forem identificadas falhas graves de comunicação entre os serviços técnicos e o órgão executivo.

5. Compromisso com uma abordagem humanizada e participativa. *Toda a ação municipal em processos de desocupação ou realojamento deve obedecer aos princípios de humanidade, legalidade e inclusão.*

- a. A utilização da força deve ser evitada ao máximo;*
- b. A comunicação com os moradores deve ser constante, transparente e baseada no diálogo;*
- c. Os processos devem ser conduzidos de forma planeada, com tempo adequado para preparação técnica e social, evitando atuações precipitadas.*



Mais uma vez, estas são as recomendações aprovadas pela Comissão Eventual, que estarão à votação no final da discussão deste ponto, bem como as Recomendações que são efetuadas pela 6.ª Comissão.

Estes três pontos serão discutidos em conjunto conforme foi consensualizado em Conferência de Representantes.”

7.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Gerales (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD), José António Rocha (BE), Ana Margarida Lourenço (PS), a Senhora Vereadora Francisca Batista Parreira (PS), a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.2.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por agradecer aos Senhores Deputados Municipais o trabalho realizado.

Confesso que as recomendações me parecem fáceis de cumprir, porque foram cumpridas nesse processo todo. Portanto, uma coisa é a nova estrutura, novos serviços, isso é diferente. Agora, as pessoas serem tratadas com dignidade, os seus bens irem para um sítio identificado, os funcionários estarem identificados. Tudo isso foi cumprido, portanto, não vemos qualquer dificuldade. Já cumprimos as recomendações.

Agora, confesso que tenho aqui algumas dúvidas e volto a dizer, isto é, da inteira autonomia dos Senhores Deputados Municipais, relativamente a algumas conclusões. E eu pego aqui na página 40 nas conclusões, o ponto 5 e diz e bem: “O perigo foi identificado desde 2019”, confere. “Foi comprovado que os riscos associados à vala do 2.º Torrão estavam identificados em Relatório técnico desde 2019, auditoria dos SMAS, e do Serviço Municipal de Proteção Civil”, confere, “e eram do conhecimento da Câmara Municipal”, confere. O que já acho mais estranho, é o parágrafo a seguir, porque diz o seguinte: “Foi solicitada documentação à Câmara Municipal de Almada, por parte de diferentes partidos no sentido de tentar comprovar as ações desenvolvidas pela Câmara Municipal desde 2019 e a mesma não foi recebida”. Nós dissemos várias vezes, que fazíamos visitas regulares ao sítio, víamos se piorava ou não.

Ora, nos anexos do próprio Relatório, estão lá os documentos. Está uma avaliação de risco em 2022, com os dados, a identificação, aliás, um estudo até mais sofisticado do que aquele de 2019, que foi uma mera constatação com fotografias que também lá está e, portanto, a análise de risco hidrológicos e risco costeiro, é um estudo muito mais técnico, muito mais aprofundado como os Senhores Deputados podem ver. Tem inclusive, o fenómeno da subida do nível do mar, e têm aqui os níveis que nós fomos recolher a Cascais, porque é o sítio onde se mede essa questão, tem aqui os cenários de projeção que também aqui estão, está aqui a proposta e foi aqui que nós constatamos que havia uma situação de urgência, uma urgência relativa porque a própria Proteção Civil no final do seu relatório, diz que até a época das cheias e das chuvas, temos que retirar as pessoas, está aqui tudo.

Depois tem uma adenda, a avaliação de risco já com a identificação de todas as casas que devem constar, com o mapa onde isto foi dividido por zonas para organizar o realojamento, a retirada e o realojamento destas pessoas, e tem uma segunda adenda de avaliação de risco, o risco é a probabilidade de ocorrência do evento passível de causar danos.

Portanto, mesmo na segunda adenda é reforçado, volta a ter as fotografias, voltamos a fotografar o que já tinha sido fotografado, houve um desabamento e, portanto, eu acho um pouco estranho e isto foi respondido aos partidos, eu tenho alguma dificuldade em perceber este terceiro parágrafo. E como este terceiro parágrafo onde dizem que nada foi entregue e os anexos estão no próprio Relatório, eu agora podia detalhar em várias zonas do Relatório que tem objetivamente factos que são falsos e que se comprovam pelos próprios anexos.

Portanto, volto a dizer, é a autonomia dos Senhores Deputados Municipais, isto é só da responsabilidade dos Senhores Deputados Municipais, mas eu acho que é importante informar aqui não apenas a Assembleia Municipal, mas todos aqueles que seguem, que como estes exemplos há muitos.



Portanto, sobre as recomendações nada a dizer, parece-me uma coisa normal e tudo foi feito nesse sentido, mas também percebemos que há aqui por este exemplo e é fácil perceber onde é que há aqui adaptações à realidade.”

7.2.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não vou usar a palavra para dizer aquilo que a Senhora Presidente de Câmara acabou de dizer, que corroboro integralmente e sem reservas.

Aliás, quando olhei para este Relatório, eu estive no início desta Assembleia Municipal a voltar a lê-lo, porque me pareciam sensatas algumas recomendações e conclusões, nomeadamente, eu acho que faz todo o sentido termos equipas dedicadas da fiscalização aos territórios deprimidos, pareciam-me recomendações completamente sensatas, acabei por no final quando li todo o documento e li as conclusões que são corroboradas ou não por documentos anexos, que consubstanciam a prova daquilo que está vertido no Relatório, fiquei de facto alarmada com este mesmo parágrafo. E fiquei alarmada porque eu não dignifico inclusivamente se me permitirem, o bom trabalho que os Senhores Deputados Municipais fizeram relativamente à elaboração deste Relatório. E não está aqui em causa o Relator ou quem fez ou deixou de fazer. O que é um facto, é que a prova anexa ao Relatório, é contraditória relativamente aquilo que lá está vertido neste parágrafo. É clara contradição.

Portanto, eu acho que a Senhora Presidente está a ser muito simpática quando refere na sua terminologia que há aqui efetivamente, pouca precisão, o que me parece é que há uma inversão do ónus da prova. Porque a prova diz claramente algo diverso daquilo que lá está escrito.

A Câmara Municipal tinha conhecimento do risco desde 2019, verdade, está lá. A Câmara Municipal foi monitorizando e avaliando a situação em concreto, também está lá a prova. E nada disto está naquele parágrafo. O que está naquele parágrafo é a clara vontade expressa de quem o escreveu e que não pode ser aprovado, de colocar em crise que a Câmara Municipal e é isto que se pretende, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. E é isso que não posso deixar passar. É que a forma como foi escrito, quer passar a ideia que foi visto em 2019 e até 2022 nada foi feito. Isso é que enquanto responsável primeira eleita, vós sois o Órgão Fiscalizador, é aqui que eu tenho que dar provas, mas eu não posso deixar passar esta redação sem fazer esta prenúncia aqui também na Assembleia Municipal.

E, portanto, eu acho que os anexos deste Relatório fazem prova do inverso daquilo que os Senhores escreveram.

Eu não sei quem são os relatores, não está isso sequer em causa, é um trabalho avisado, é um trabalho detalhado, mas a verdade está acima de tudo.”

7.2.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mas Há outro parágrafo que diz: “embora tenham sido realojados cerca de cento e sessenta pessoas, à data das audições ainda existiam famílias em condições precárias e sem resposta definitiva”. Entretanto, e eu agora não me lembro quando foram as audições, é um facto que neste momento as pessoas estão todas definitivas.

Mas há aqui um parágrafo que eu desafio qualquer Deputado Municipal a encontrar uma declaração nossa que é simplesmente falsa: “Comissão Eventual registou o compromisso da Câmara Municipal de atribuir noventa e cinco fogos em construção a famílias afetadas”. Tivemos muita pressão para dizer que os noventa e cinco fogos eram para aquelas famílias. Alguns fogos estão a terminar agora, outros ainda estão em construção. Portanto, está visto, é claro, que estas pessoas precisavam de ser realojadas em Almada, porque elas começaram por serem realojadas noutros Concelhos, e como as próprias recomendações indicam, o compromisso que nós assumimos é que elas voltariam para Almada e cumprimos esse compromisso com todas. É óbvio, que nunca, e desafio mesmo os Senhores Deputados a encontrarem uma declaração minha onde diga que os noventa e cinco fogos são para estas famílias. É impossível. E face à morosidade dos processos e das próprias obras, seria inconsciente



nós fazermos essa promessa. Era inconsciente, porque estas pessoas, precisávamos de cumprir um outro compromisso que era de poderem voltar para Almada e assim aconteceu.

Eu não sei se todas quiseram voltar ou não, mas tanto quanto sei todas quiseram voltar e todas foram realojadas com dignidade.

Portanto, aqui também é falso. E é falso por uma questão de bom senso. Portanto, sim houve uma operação especial, aquelas pessoas estavam identificadas na Estratégia Local de Habitação e quero deixar muito claro, nós realojamos as pessoas identificadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação, foram as do 2.º Torrão e das Terras do Lelo. As pessoas que, entretanto, chegaram, não serão prioritárias em relação aquelas que já cá estão.”

7.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra porque, num relatório que tem mais de cinquenta páginas, a Senhora Presidente e a Senhora Vereadora Francisca Parreira, estão preocupadas com um parágrafo que não entendem. Eu vou tentar ajudar quer a Senhora Presidente, quer a Senhora Vereadora Francisca Parreira, tentar ajudar a perceber o que é que está nesse parágrafo.

De facto, há informação que foi solicitada por diversas forças políticas, entre as quais a CDU e a CDU fê-lo várias vezes em várias sedes, fê-lo na Câmara Municipal, fê-lo nesta Assembleia Municipal, fê-lo em sede da Comissão Eventual de acompanhamento desta questão, que a Câmara Municipal não nos forneceu. E essa informação diz respeito aos relatórios de monitorização que a Câmara Municipal disse que entre 2019 e 2022, efetuou na vala do 2.º Torrão. Esses relatórios de monitorização nunca nos foram fornecidos, nem nunca nos foi dito que não havia relatórios de monitorização. É isso que está no Relatório, é essa falta de informação que está no Relatório. E essa informação efetivamente, nunca nos foi fornecida. E essa informação não é irrelevante, porque essa informação permite-nos perceber se a Câmara Municipal foi ou não negligente relativamente ao realojamento daquelas pessoas. Porque permite-nos perceber se entre 2019 e 2022, foi efetivamente avaliada a situação de risco e se não era possível tomar medidas relativamente à solução desse problema, sem ser a quatro meses de distância da obrigação das pessoas saírem daquela situação.

Portanto, é esta informação, não foi efetivamente fornecida nem à CDU, nem às outras forças políticas, nem à Comissão de Acompanhamento.

Já agora, parece que há outro parágrafo que incomoda a Senhora Presidente.

Senhora Presidente está gravado, está em Ata. Foi dito na reunião da Comissão Eventual pelo Senhor Vereador Filipe Pacheco, a pergunta minha, se aqueles noventa e cinco fogões eram para aquelas pessoas e ele disse que sim. Está gravado e está em Ata. Senhora Presidente não desminta.

Há “n” registos da Senhora Presidente de Câmara Municipal a fazer essa afirmação. Eu sei que há registos, a Senhora Presidente vá à procura deles, a Senhora Presidente fez essas declarações em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente não gosta que lhe chamem mentirosa, mas gosta de chamar mentirosos aos outros. Provavelmente é por ser Presidente da Câmara, com certeza.”

7.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, para esclarecer a dúvida em relação ao ponto.

O CHEGA no requerimento que fez, com base numa frase sua na Assembleia Municipal, onde acusou a CDU que já tinha conhecimento do que se passava na vala desde 2013, 2014, e que o assunto era muito mais antigo e que havia imenso relatórios e muita informação sobre o assunto, que disse na Sessão, o CHEGA fez o seu requerimento a pedir toda a informação desde 2013, relatórios dos Bombeiros, dos demais serviços, todos os



documentos que existiam sobre o assunto. Aquilo que nos foi enviado foi exatamente informação a partir de 2019. Toda a informação anterior a 2019, que nós solicitamos explicitamente, não nos foi enviada.

Por isso, sim, há documentação em falta.

Inclusive, na reunião que tivemos com a Senhora Presidente, onde nós questionamos especificamente e a frase foi muito simples: “Há evidências de que os serviços fora destes momentos, monitorizaram a vala e foram aos locais”? A resposta que nos foi dada foi: “Sim, os serviços saíram e deslocaram-se”. E nós pedimos: “Então, por favor, façam chegar a esta Comissão notas de serviço, provas, emails, qualquer ordem de serviço que demonstrasse a saída dos efetivos para fazer”. Ou vai dizer a esta Assembleia Municipal que os efetivos fazem as ações assim que lhes apetece sem qualquer registo? Nós pedimos estas evidências, pedimos estas provas e nunca nos foram fornecidas. Sim, efetivamente há informação que não nos foi fornecida.”

7.2.2.6 – Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje debatemos e votamos as recomendações do Relatório da Comissão Eventual do 2.º Torrão, mas como Deputada relatora e Presidente desta Comissão, não posso deixar de tecer algumas considerações mais abrangentes sobre o processo, para além das recomendações propriamente ditas, já que a Câmara Municipal também o fez.

Tenho de começar por agradecer a compreensão e colaboração dos meus colegas Deputados Municipais, na agilização das reuniões, pela sua disponibilidade em trabalhar em plataformas colaborativas, através de documentos partilhados. Reparem que o documento final que têm em vossa posse tem mais de 10 (cem) páginas e foi o esforço coletivo desta Comissão que permitiu que hoje esteja incluído na ordem de trabalhos desta Sessão.

Podemos ter as nossas divergências políticas sobre temas mais gerais e até sobre a matéria deste Próprio Relatório, mas soubemos trabalhar e soubemos procurar consensos.

Este foi um processo longo, complexo e profundamente marcante para dezenas de famílias. A Comissão escutou moradores, associações, entidades públicas e privadas. A todos os que colaboraram, fica o nosso agradecimento.

Este relatório é um contributo rigoroso para a memória futura do Município e é, acima de tudo, um exercício de justiça. Justiça para com os moradores afetados, justiça para com as instituições que estiveram no terreno e justiça para com a verdade dos factos.

Importa recordar que os alertas para os riscos da vala do 2.º Torrão remontam a 2019. Alertas que constam de relatórios dos SMAS, da Proteção Civil e que foram, ao longo do tempo, subvalorizados pelo executivo municipal.

Não vale a pena tentar reescrever a história, os documentos e as audições são claras, estão no documento que a Câmara Municipal também teve acesso. O risco era conhecido, a urgência era conhecida. E a resposta tardou.

O realojamento de emergência foi necessário, durante os trabalhos da Comissão ninguém o contestou, mas foi feito à pressa, com falhas graves de comunicação, articulação e humanização. Falhas que não podem ser normalizadas.

O PSD defende a legalidade e o Estado de Direito. Defende, também, a dignidade das pessoas e é por isso que não podemos aceitar que num processo desta natureza tenha havido relatos de coação, falta de apoio jurídico, desinformação e condições indignas de realojamento. Estes relatos constam das Atas e das audições que também constam do Relatório.

Neste relatório, a Comissão formula um conjunto de recomendações sérias e fundamentadas, que são passos para repor a confiança das pessoas nas instituições.

Não é aceitável que o entulho das demolições tenha permanecido no local durante meses. Não é aceitável que as crianças brinquem numa zona sem segurança. Não é aceitável que se invoque o estado de necessidade como desculpa para negligência acumulada.



Sim, as recomendações hoje apresentadas continuam a ser pertinentes. Há recomendações no Relatório que a Câmara Municipal ainda não concretizou. E se algumas medidas já foram tomadas, o Relatório tem o mérito de organizá-las, contextualizá-las e apontar o que falta fazer. Não vale a pena passar a mão pelo pelo, passo a expressão, da Assembleia Municipal e dizer que os Deputados Municipais fizeram um excelente trabalho e depois questionar a veracidade das afirmações do nosso trabalho, Senhora Vereadora.

Relativamente às conclusões, que já foram aprovadas em sede de Comissão: se a Câmara Municipal tinha toda a informação na sua posse desde 2019 (e pelo menos agora assume o relatório de 2019 como válido), a pergunta que se manteve durante o decorrer dos trabalhos e que continua pertinente é: porque é que a Câmara não agiu mais cedo?

O executivo sente-se atacado. Deixe-me dizer que este trabalho não é um ataque, nem contém falsidades, é uma ferramenta para melhorar o trabalho da Câmara Municipal. A Câmara Municipal pode depois aceitá-lo como contributo ou continuar a vê-lo como ameaça. É decisão do executivo.

A Comissão cumpriu o seu papel. Agora, cabe ao executivo municipal dar seguimento às recomendações. E cabe a esta Assembleia Municipal continuar a acompanhar o trabalho, a fiscalizar e cobrar os relatórios."

7.2.2.7 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas umas notas muito breves relativamente a este tema que foi largamente debatido durante "n" reuniões de Câmara, "n" Sessões de Assembleia Municipal, formou-se uma Comissão Eventual para acompanhamento, que se arrastou no tempo com "n" reuniões, falamos com muitas pessoas e a conclusão é só uma. A crítica do Bloco de Esquerda relativamente a esta situação, deveria ter sido feita atempadamente, o foco foi nos vários relatórios de 2019, 2020, tinham tempo para acautelar a situação e essa foi sempre a nossa crítica.

De resto, eu só ia fazer aqui uma sugestão Senhora Presidente e Senhoras e Senhores Vereadores do executivo, ficar-lhes-ia bem, alguma humildade para reconhecer que de facto, não agiram como poderiam e deveriam ter agido. É tão simples quanto isto. Não me parece nada complicado, um pouco de humildade política, nada mais para além disso."

7.2.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista votou contra este Relatório que hoje estamos aqui a apreciar e apesar daquilo que foi dito pela Senhora Presidente, que as recomendações que o Relatório emana foram de alguma forma cumpridas pela Câmara Municipal, iremos também votar contra as recomendações deste Relatório, pelo simples, mas importante facto, de este não ser um documento rigoroso e credível, na nossa opinião, sendo que essa nunca foi a intenção da maioria dos eleitos que constituem a Comissão.

A Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2.º Torrão, foi criada no seguimento de uma deliberação desta Assembleia Municipal, datada de 15 de dezembro de 2022, aprovada pela maioria dos Deputados Municipais que constituem este Órgão Autárquico.

Já nessa altura, o Partido Socialista considerou que a constituição desta Comissão não seria necessária, uma vez que a matéria poderia ser acompanhada por alguma das sete Comissões Permanentes da Assembleia Municipal, sendo por isso dispensável a constituição de uma Comissão dedicada exclusivamente a este evento.

Não obstante desta nossa posição, o Partido Socialista não obstaculizou os trabalhos da Comissão, tendo participado de forma ativa e construtiva em todas as reuniões, respeitando o ritmo do desenvolvimento do trabalho estabelecido pelos restantes partidos, em particular pelo então Presidente da Comissão, de forma a que o escrutínio aos procedimentos verificados no decorrer do processo de realojamento pudesse ser feito com o rigor e a isenção necessários e inerentes a uma Comissão desta natureza.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

Cerca de dois meses depois da deliberação da Assembleia Municipal, a Comissão reuniu pela primeira vez, a 22 de fevereiro de 2023. Seguiram-se nove audições que foram feitas a diversas entidades, que foram feitas no espaço de oito meses, entre 21 de abril e 11 de dezembro de 2023.

Tudo levaria a crer que no início de 2024 a Comissão pudesse apresentar o seu Relatório e com isso encerrar os seus trabalhos. Mas não foi isso que aconteceu.

Mais de quatro meses depois da última audição, a 30 de abril de 2024, a Comissão volta a reunir, reunião na qual, o então Presidente da Comissão, informa que iria elaborar o Relatório e o enviaria aos restantes membros assim que estivesse concluído, ainda que estivesse em falta uma resposta às questões colocadas por escrito a uma das entidades ouvidas, no caso a APL.

Nove meses depois... repito, nove meses depois, dias antes de renunciar ao seu mandato de Deputado Municipal, o anterior Presidente da Comissão remete, através de email datado de 31 de janeiro de 2025, a proposta de relatório, sem qualquer outra indicação ou consideração.

Com a renúncia de mandato como se sabe, por parte do então Deputado Municipal do PSD, assume a Presidência da Comissão a nova Presidente, igualmente eleita do PSD. Que se prontificou-se a rever o Relatório (sem ainda sequer conhecer o conteúdo), e a marcar nova reunião.

A Comissão voltou então a reunir no dia 26 de maio de 2025, cerca de quatro meses depois, com o Relatório alterado pela Presidente enviado poucos dias antes da reunião.

A comissão, que inicialmente definiu o seu objeto como sendo o desmantelamento das construções erguidas sobre a Vala de drenagem de águas do Bairro do 2.º Torrão e o realojamento dos respetivos agregados familiares. Importaria por isso, na nossa opinião, que desta Comissão saísse um relato factual e cronológico dos acontecimentos. Contudo, foi decidido pela maioria dos membros da Comissão, no dia 26 de maio de 2025, que o Relatório só iria incidir sobre o período da Comissão até ao término das suas audições, ou seja, dia 11 de dezembro de 2023, não sendo por isso possível solicitar informação atualizada à Câmara Municipal.

Houve inclusive alguma resistência por parte de alguns Deputados Municipais que fosse anexo ao Relatório a documentação remetida pela Câmara Municipal em resposta a requerimentos sobre esta matéria feitos por grupos de eleitos da Assembleia Municipal, informação essa que é pública e se encontra disponível no site da Assembleia Municipal.

Sim, Senhora Presidente, as contradições são porque esses anexos por vontade de alguns Deputados Municipais não fariam parte do Relatório e aí não haveria contradição alguma no mesmo documento. Mas eles foram inseridos como anexo e aí dá para ver perfeitamente, quem lê pela primeira vez o Relatório de uma ponta à outra as contradições que o mesmo compõe.

Esta questão é tão ou mais relevante, uma vez que, em todo o período de vigência da Comissão, dois anos e quatro meses, desde 22 de fevereiro de 2023 até junho de 2025, não foi feito, ao contrário do que aqui já foi dito, não foi feito qualquer pedido de documentação formal por parte da Comissão à Câmara Municipal sobre a matéria objeto da Comissão, como por exemplo, relatórios ou informação referentes à sinalização e monitorização do risco inerente a estas construções, ou os relatórios de informação sobre os procedimentos administrativos e operacionais referentes ao desmantelamento das construções e ao realojamento dos agregados familiares.

Nada. Esta Comissão, que tinha a obrigação de fazer um trabalho isento e rigoroso dos acontecimentos, optou por limitar a sua análise aos relatos que resultaram das audições que foram feitas às entidades, e nada mais.

No fundo, aquilo que se pretendia, não era aferir como foi feita a demolição das habitações ou o realojamento das famílias. Aquilo que se pretendia era chegar às conclusões que cada um já tinha, antes desta Comissão sequer existir.

Não importava concluir, que o risco havia sido sinalizado a um membro de executivo da Câmara Municipal em 2014, porque o que interessava concluir e o que se queria concluir, era que o risco só foi conhecido em 2019;



E também não importava saber, se as famílias realojadas mantiveram os apoios concedidos durante todo o período, até à conclusão do processo de realojamento, porque aquilo que se queria concluir é que em determinada altura, não havia a certeza disso;

E também não importava saber, qual era o modelo de apoio e solução encontrada para o seu realojamento, em todo o seu período, e se a Câmara Municipal teve uma intervenção de intermediário formal entre as famílias e o IHRU, no acesso ao Programa Porta de Entrada, e que isso foi fundamental para a correta formulação dos pedidos de apoio por parte das famílias, quando se queria no fundo, concluir sobre a total inação da Câmara Municipal neste processo;

Não importava sequer saber aquilo que foi dito pela Câmara Municipal nas audições da Comissão, quando se queria concluir e assumir como factos comprovados o que outros disseram.

Em suma, esta Comissão concluiu aquilo que já eram certezas e verdades absolutas mesmo antes da Comissão existir.

Quando se insiste em elaborar um relatório como se estivéssemos em 2023, é porque não se quer que o mesmo espelhe que o realojamento das famílias já foi concluído, que dos 65 (sessenta e cinco) agregados familiares elegíveis, só dois acabaram por não reunir a documentação necessária, tendo encontrado a sua solução em termos privados e particulares.

Desses 63 (sessenta e três) agregados, dois não aceitaram as propostas que lhes foram estabelecidas, as propostas que lhes foram feitas. Todos os outros já têm à data de hoje, um alojamento definitivo. Mas isso não importa porque nunca importou dizer neste ou em qualquer outro relatório.

É um relatório de uma Comissão que se “arrastou” até junho de 2025, poucos meses antes das eleições, mas que reporta a 2023, porque assim interessa.

E com isto, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, reuniu-se uma Comissão Eventual por 15 (quinze) vezes, para concluir aquilo que já era a opinião pré-definida daqueles que sempre viram esta Comissão como um instrumento de luta política e nada mais.”

7.2.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O atraso no funcionamento da Comissão é um facto, e já o assumi em nome do meu grupo municipal.

O mais importante é que o momento da entrega do Relatório é o seu conteúdo e esse é claro. E se o é, deve-se em grande parte, graças às suas contribuições, Senhora Deputada Municipal, que analisou o Relatório, que fez correções, sugeriu redações ao longo do processo e agora, aparentemente, as soluções que foram consensualizadas em sede de Comissão e nas quais a Senhora Deputada Municipal participou e com as quais em grande parte concordou, aparentemente são ou mentira ou está errado e isso é de uma grande injustiça, mas fica consigo.

Na primeira reunião que tivemos, não só eu tinha conhecimento do Relatório como já o tinha revisto, reformatado e adaptado à estrutura proposta pela Mesa da Assembleia Municipal e enviado às Senhoras e Senhores Deputados Municipais.

Relativamente aos anexos que referiu, a sua inserção foi pedida pelos Deputados Municipais, nomeadamente pelos Deputados Municipais do CHEGA e do CDS-PP e, por consequência, foi perguntado à CDU se pretendia inserir o requerimento que tinha apresentado e a CDU concordou.

O PSD não se escondeu, assumiu o atraso e resolveu a Comissão. Só lamento é que pareça que a Senhora Deputada Municipal não tenha estado lá, pelo que diz.”

7.2.3 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, do artigo 51.º do Regimento da Assembleia Municipal, usou o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);



[Handwritten signatures and initials]

7.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É por causa destes “diz e não diz”, das chamadas de mentiras e estes habituais a partes, que o CHEGA defende que as reuniões de Comissões sejam gravadas. Para efetivamente, aquilo que é perguntado ficar registado em Ata. Se tivéssemos esses áudios, iríamos todos procurar e não iríamos encontrar, onde é que algum membro da Comissão Eventual se recusou a que os seus requerimentos fossem apresentados. E como todas as forças políticas aqui representadas demonstram, ninguém teve qualquer interesse a que os seus requerimentos não fossem visíveis. Aliás, devia estar inclusivo o requerimento inicial onde ficava visível que o CHEGA pediu uma quantidade imensa de documentos que nunca surgiram, nunca apareceram. E agora, de momento as conclusões é que estão erradas porque os documentos não foram pedidos ou os documentos não existem. Os documentos de 2013 para frente que foi dito nesta casa que havia, nunca surgiram, nunca houve prova, nunca foram enviados os requerimentos ao CHEGA. As provas de deslocações que o CHEGA pediu, provas de monitorização que nós pedimos em Comissão, nunca foram entregues e é sempre esta a desculpa.

Senhor Presidente da Mesa, a recomendação é essa, é que rapidamente se desenvolvam os métodos para que possam ser gravadas todas as reuniões de Comissão, porque assim não é possível, agir desta forma com esta má fé.

O Grupo Municipal do CHEGA entende que o dismantelamento e realojamento do Bairro do 2.º Torrão constituíram uma das intervenções mais sensíveis e impactantes realizadas no Concelho de Almada nos últimos anos. Os riscos estruturais identificados na vala, desde 2019, a complexidade social do bairro e a urgência da atuação tornaram este processo especialmente exigente.

Quero, em nome do nosso Grupo Municipal, reconhecer o esforço desenvolvido pelos serviços municipais no terreno, frequentemente em condições difíceis e sob grande pressão. Saúdo igualmente o trabalho da Comissão Eventual, cujos contributos permitiram sistematizar informação relevante, recolher testemunhos fundamentais e avançar com um conjunto de recomendações equilibradas.

Todavia, consideramos essencial deixar registadas, para memória futura, algumas reservas e pontos que, no nosso entender, não se encontram devidamente refletidos no Relatório.

Desde 2019 e 2020, existiam alertas técnicos que indicavam risco grave de colapso da vala. Apesar disso, a Câmara Municipal nada fez durante um longo período, optando por ignorar esses sinais e deixando, literalmente à sorte, dezenas de famílias vulneráveis que habitavam sobre aquela infraestrutura comprometida. Esta passividade é, para o Grupo Municipal do CHEGA, absolutamente inaceitável.

A ausência de ação atempada agravou significativamente a situação e acabou por conduzir a uma intervenção de emergência que, conforme testemunhado por diversas entidades, foi inevitavelmente traumática e marcada por improvisação. A falta de planeamento e de preparação conduziu a consequências graves para as pessoas afetadas e originou custos elevados para o Município de Almada, que poderiam ter sido amplamente mitigados se houvesse uma resposta preventiva eficaz.

Verificou-se, ao longo deste processo, uma clara tentativa de desresponsabilização institucional, com a recusa reiterada da Câmara Municipal em assumir a existência de relatórios prévios, desvalorizando o trabalho dos próprios técnicos municipais que os fizeram, criando um vazio de responsabilidade política.

A comunicação com as famílias afetadas revelou-se deficiente, com decisões tomadas sem aviso prévio, sem calendário claro e sem garantias mínimas quanto ao destino habitacional, laboral ou social destas pessoas.

A falta de articulação com escolas, forças de segurança, entidades sociais e estruturas de saúde prejudicou a proteção dos mais vulneráveis, nomeadamente crianças e idosos. A ausência de um compromisso formal com os desalojados, relativamente à afetação dos 95 (noventa e cinco) fogos municipais previstos, gerou desconfiança generalizada e um clima de incerteza evitável.



Consideramos igualmente preocupante, a ausência de respostas formais, claras e atempadas por parte de várias entidades externas com responsabilidade na gestão do território e da infraestrutura da vala, o que limitou o apuramento cabal de responsabilidades institucionais.

Após a demolição, não foram implementadas medidas preventivas eficazes que garantissem a não reocupação das zonas intervencionadas, designadamente através de um reforço sistemático da fiscalização.

Lamentamos, ainda, a inexistência de um mecanismo interno de auditoria e responsabilização, perante falhas evidentes de coordenação entre os serviços técnicos e os órgãos executivos da Câmara Municipal, cujas consequências recaíram exclusivamente sobre as populações afetadas.

O Grupo Municipal do CHEGA reitera que o Relatório aprovado, representa um compromisso institucional útil. No entanto, considera fundamental que os pontos aqui enunciados fiquem registados neste processo, com vista a garantir que, no futuro, o Município de Almada possa atuar com maior rigor, antecipação e responsabilidade, protegendo de forma eficaz os seus munícipes.”

7.2.3.2 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS);

7.2.3.3 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, fez uma referência à questão das gravações e como interpelou diretamente a Mesa esclarecer o seguinte: a possibilidade de gravação das reuniões das Comissões, está prevista no Regimento, foi proposta pela Mesa e foi votada favoravelmente pelo Senhor Deputado Municipal, na última revisão do Regimento que foi aprovado no passado dia 14 de fevereiro, Portanto, essa possibilidade já existe.”

7.2.3.4 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma intervenção muito breve, eu gosto de ser pragmático e às vezes fala-se muito e não se diz nada.

O que eu queria dizer aqui é o seguinte: primeiro lamentar esta intervenção da Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, porque questiona, põe em causa todo o trabalho que foi feito pelos restantes Deputados Municipais da Comissão. Portanto, aqui a única verdade é do partido Socialista, da Senhora Deputada Municipal, os outros não têm verdade nenhuma, é de lamentar de facto.

Depois o que é que a Senhora Deputada não percebeu, o que é os Senhores Deputados não perceberam, o que é que a Senhora Presidente não percebeu, o que é que alguém não percebeu? A situação é simples, houve um desmantelamento e um realojamento de emergência no Bairro do 2.º Torrão. Houve o relatório em 2019, foi sempre este o foco, foi o relatório de 2019 ainda com o Partido Socialista querer dizer que é de 2013 ou de 2020. E mais, este relatório de 2020, se é de 2020, ainda assim, havia tempo para tomar as devidas precauções, porque nós estivemos no terreno, nós acompanhamos o processo do princípio ao fim no terreno, as pessoas receberam o Edital, foram convocadas porque tinham que sair daquela casas, um realojamento de emergência, imaginem o pânico daquelas pessoas quando são confrontadas com um Edital que lhes diz que têm que sair dali e sem saber para onde é que vão. O pânico da incerteza como é normal. As pessoas não sabiam para onde é que iam, as pessoas não tinham casas ainda atribuídas, a esmagadora maioria pelo menos não a tinha. Isso não desminta, a não ser que as pessoas sejam todas mentirosas. Se as pessoas são todas mentirosas, tudo bem. Mas isso eu não assumo. Eu acredito nas pessoas, E quando nós falamos com elas, vimos o pânico e o desespero das pessoas e é isso que estamos a discutir e foi para isso que a Comissão foi criada.

O que a Senhora Deputada Municipal quer é que nós puséssemos que ao fim deste tempo todo que as pessoas já estão realojadas. Não, isso não existe, esta Comissão foi para acompanhar o processo de realojamento exatamente porque não foi feito atempadamente e pelas consequências que teve. Apenas isso. Eu creio que isto não é difícil de perceber. E o foco da crítica foi sempre esse. Houve informação, houve alertas, devia ter sido



acautelado, devia ter sido feito atempadamente e não foi, de forma a evitar este pânico e este desespero dos moradores. Tão simples quanto isso. Eu penso que não é difícil perceber. De forma pragmática e simples disse.”

7.2.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Beatriz Ferreira, quando disse que não conhecia o Relatório, foi no momento em que disse que o iria rever, que foi quando a Senhora Deputada Municipal assumiu a Presidência da Comissão, assumiu e disse que ainda não tinha o Relatório, que o ia ver e que ia revê-lo. Ainda nem sequer sabia, foi só isso que eu disse.

Relativamente aquilo que é a documentação ou que não é a documentação, que foi anexa ou não, e se alguém se opôs ou não. Peço desculpa, eu própria e faço “Mea culpa”, enquanto Deputada Municipal, não tinha conhecimento de todos os requerimentos que foram feitos sobre esta matéria. E quando se falou na reunião da Comissão que havia também um requerimento da CDU, eu sem saber qual era o assunto, disse de imediato: “então também deve estar anexo”. Au qual o Senhor Deputado Municipal João Gerales respondeu que não porque não era relevante para o assunto. E o que é que não era relevante para o assunto? Não era relevante para assunto, porque ao que parece a Senhora Presidente de Câmara, houve uma Assembleia Municipal que disse que este assunto já era do conhecimento da Câmara Municipal desde 2014, e como a CDU pôs em causa aquilo que a Senhora Presidente de Câmara disse, então fez um requerimento a exigir que ela comprovasse que aquilo efetivamente acontecia. E foi a resposta que houve no requerimento e que está em anexo. Que no requerimento é efetivamente anexo um email datado de 1 de outubro de 2014, no qual um técnico dos SMAS informa o então Vereador, a dizer que qualquer construção de habitações em cima da vala, coloca-as em constante perigo. Isto foi em 2014. Quando eu fiz a proposta, que nas conclusões se dissesse que era do conhecimento da Câmara Municipal desde 2014, aqui “Del Rei” não pode ser, porque o foco é o relatório de 2019. Assim é fácil fazer Comissões. Nós já sabemos o que é que quer que lá esteja. Todos nós já sabemos o que é que lá queríamos pôr, nós acompanhamos tudo desde o início. Eu peço desculpa, aquilo que vocês consideram que é de má fé, eu fiz o meu trabalho enquanto Deputada Municipal e como a própria Presidente da Comissão diz, dei opiniões, fiz alterações, ajudei a construir um relatório, no qual disse desde o início que iria votar contra. Mas que havia expressões que lá estavam que eram efetivamente, excessivas.

A primeira proposta, era a dizer a total inação da Câmara Municipal. E aquilo que eu disse na Comissão e foi: “parece-me que esta expressão é excessiva”. E obviamente, os Senhores Deputados Municipais concordaram. Mas também se quisessem que se mantivesse essa expressão, ela mantinha-se. Porque este Relatório foi votado com 20 (vinte) votos a favor e 16 (dezasseis) contra do PS. E é assim, é a história desta Comissão e não há mais nada a acrescentar.”

7.2.4 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, do artigo 51.º do Regimento da Assembleia Municipal, usou o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

7.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Mesa, eu gostaria de saber porque é que o requerimento do CHEGA não tem a informação de 2014, em que aparentemente todos os requerimentos de outros partidos terão essa informação.

Porque é que o Grupo Municipal do CHEGA foi excluída da distribuição da informação de 2014? Essa informação não foi disponibilizada no requerimento do Grupo Municipal do CHEGA. Que tipo de discriminação da informação é que é feita perante o Grupo Municipal do CHEGA, para não ter essa informação.

Portanto, agradecia um esclarecimento cabal sobre esta informação. Porque é que nós não recebemos a informação que solicitamos e outros grupos recebem? Claramente, há qualquer coisa que não está a funcionar no processo democrático.”



7.2.4.2 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, fez uma interpelação diretamente à Mesa, Confesso que não sei, a informação que é distribuída é distribuída a todos os partidos de igual forma.”

7.2.4.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu peço desculpa novamente. O CHEGA fez um requerimento onde pedia especificamente documentação desde 2013, a documentação foi fornecida e está publicada no site da Assembleia Municipal, não tem qualquer informação relativa a 2013. Acabei de saber agora, que existe documentação que foi entregue à CDU de 2014.

Ou seja, a informação é escolhida a que Grupos Municipais podem ter acesso a essa informação? É que nós pedimos especificamente essa informação, não está publicada no site, essa resposta ao Partido CHEGA, qual é o motivo de termos sido excluídos, de termos sido negligenciados nessa informação, o que é que se passou? Há discriminação na distribuição de informação?”

7.2.4.4 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, não, não há, quando é feito um requerimento ele é enviado à Câmara Municipal, a Câmara Municipal responde e a informação é distribuída ao Senhores Deputados Municipais. Não existe essa discriminação e acho que isso é do conhecimento de todos.”

7.2.4.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há limites. E aquilo que a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço aqui afirmou, é rigorosamente falso. Rigorosamente falso.

Aquilo que o representante da CDU na Comissão Eventual sempre defendeu, foi carrear para este processo toda a informação disponível. Toda, sem exceção.

E era o que faltava o Partido Socialista vir dizer à CDU o que é que deve considerar ou não deve considerar politicamente, uma coisa é considerar politicamente uma informação irrelevante, e outra coisa é recusar a inclusão dessa informação num processo.

A CDU considerou essa informação irrelevante e continua a considerar essa informação irrelevante. Agora, nunca se opôs, jamais se opôs, à inclusão de qualquer tipo de informação. Pelo contrário, a CDU sempre colocou a questão de não ter obtido resposta a solicitações e a requerimentos que a CDU fez no âmbito deste processo, sempre colocou essa questão e sempre lamentou em sede de Comissão, que essa informação não tivesse chegado, exatamente para ser incluída neste Relatório.

Portanto, é rigorosamente falso aquilo que a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço aqui afirmou.”

7.2.4.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há outra omissão e aqui para responder também ao Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, há outra omissão que é bastante gravosa neste Relatório. É que a primeira medida que nós tomamos, foi uma reunião com todos os moradores que estavam visados na Escola da Trafaria. E há registos desse encontro. Portanto, nós registamos esse encontro, nós publicitamos esse encontro. E foram todas as pessoas convocadas. Todas sem exceção.



[Handwritten signatures]

Portanto, o que aqui foi dito lamento, mas é falso. Se tivessem pedido à Câmara Municipal, nós podíamos ter enviado a convocatória, as imagens, as inscrições, mas como não pediram, agora vêm dizer que nada foi feito. Peço desculpa, mas foi a primeira ação que fizemos, foi uma reunião à noite, para ter a certeza que as pessoas estavam em casa, para não ser durante o horário laboral, de todos aqueles que estavam enquadrados nesta mancha que o nosso relatório identificava.

Portanto, é falso que as pessoas foram surpreendidas, é falso.

Não deixa aliás de ser curioso, que nenhum dos Senhores Deputados Municipais tenha tido a curiosidade de ouvir um morador. Desculpem, não há uma única audição no relatório de um morador. Há a Associação Canto do Curió, há a Associação Cova do Vapor, mas alguém que tenha sido desalojado e realojado isso já não interessa.

E vou passar a ler o que é que eram os relatórios dos SMAS em 2014 e para que não haja dúvida.

Há uma troca de emails que começa a 23 de setembro, pelo Senhor Vereador Rui Jorge Martins, na altura responsável pela Proteção Civil, e que esta troca acaba a 1 de outubro de 2014. Eu vou ler: "Tratava-se de uma pequena fuga na laje da cobertura da vala A do 2.º Torrão.

Recordamos que ao longo dos anos foram sendo construídas habitações precárias, clandestinas, em cima da vala, o que dificulta ou impossibilita a manutenção daquele troço.

Por outro lado, a construção dessas habitações em cima da vala, coloca-as em constante perigo".

Eu acho que não pode ser mais claro.

Isto é um relatório de Proteção Civil? Não. Porque é que a Proteção Civil não fez um relatório? Não sabemos."

7.2.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação das Recomendações do Relatório da reunião da 6.ª Comissão Permanente com o Conselho de Administração da Transtejo/Soflusa, foram aprovadas por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

Recomendações da 6ª Comissão Permanente

Tendo em conta os elementos apurados durante a reunião realizada com o Conselho de Administração da TTSL – Transtejo Soflusa, e considerando a relevância do serviço público de transporte fluvial para a mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, entende-se propor as seguintes recomendações à Câmara Municipal de Almada:

- 1. Que a Câmara Municipal de Almada mantenha a estreita comunicação com a administração da TTSL – Transtejo Soflusa com vista à resolução célere da situação relativa à realocização do Clube Náutico de Almada, de modo a desbloquear as obras de adaptação da estação de carga.*
- 2. Que a Câmara Municipal, em articulação com os restantes municípios da margem sul, reforce a exigência de um serviço fluvial robusto, eficiente e seguro, com especial enfoque no reforço das ligações Cacilhas - Cais do Sodré, bem como na avaliação da viabilidade de futuras ligações, eventualmente, à zona do Parque das Nações.*

7.2.6 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação das Recomendações do Relatório da reunião da Comissão Eventual para o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2.º Torrão, tendo sido aprovadas por maioria, com 19 votos a favor sendo 11 votos dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, através da seguinte:



DELIBERAÇÃO

Recomendações da Comissão Eventual para o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2º Torrão

Em face ao exposto, recomenda-se à CMA que sejam adotadas as seguintes medidas:

1. Especificar o procedimento de realojamento de emergência no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil

Recomenda-se que sejam detalhadas as operações a desenvolver em caso de situações de realojamento de emergência, com definição clara de procedimentos, entidades envolvidas e critérios operacionais. Este plano deve obrigatoriamente garantir:

- a. A informação prévia, clara e atempada às famílias abrangidas, com calendário detalhado das ações, justificação das intervenções e explicação dos procedimentos envolvidos.*
- b. A realização das ações de desalojamento em horário diurno, evitando condições meteorológicas adversas e, sempre que possível, fora do período escolar.*
- c. A identificação visível dos funcionários municipais envolvidos, permitindo às famílias saber com quem estão a interagir.*
- d. O transporte das pessoas e dos seus bens, de forma organizada e com destino a locais com condições adequadas de habitabilidade, mesmo que de forma temporária.*
- e. O reforço da vigilância e inspeção periódica sobre infraestruturas críticas (valas de drenagem, taludes, coberturas subterrâneas), particularmente em zonas urbanas informais, com registo centralizado dos alertas e das intervenções realizadas.*

2. Articulação com entidades da sociedade civil e do setor social

Deve procurar a formalização de acordos de articulação com associações locais, instituições sociais, ordens profissionais e organizações de direitos humanos, garantindo que:

- a. As famílias abrangidas tenham acesso a apoio jurídico gratuito e informado, permitindo esclarecer dúvidas e assegurar os seus direitos.*
- b. Sejam envolvidas entidades especializadas no apoio a grupos vulneráveis, como crianças, idosos ou pessoas com problemas de saúde mental.*
- c. As soluções de habitação alternativa considerem a manutenção da ligação das pessoas aos seus locais de vida, assegurando o acesso a transportes públicos, escolas, creches, serviços de saúde e apoios sociais.*

3. Criação de um registo centralizado e atualizado de zonas de risco urbano

Sugere-se a criação de um inventário municipal de infraestruturas críticas e zonas de risco habitacional ou ambiental, sujeito a atualização anual e partilhado com as Juntas de Freguesia, Proteção Civil e demais entidades relevantes. Este instrumento deve ser público e alimentar as decisões estratégicas sobre planeamento urbano e prevenção de risco.

4. Reforço dos mecanismos de fiscalização e prevenção da construção ilegal *A fiscalização municipal deve ser significativamente reforçada, com meios humanos e técnicos adequados, para evitar o surgimento de novas construções ilegais junto à vala do 2º Torrão e noutras zonas críticas do concelho.*

Deve ainda ser promovida uma revisão dos procedimentos relativos a ações de despejo, garantindo que estes respeitam integralmente os direitos constitucionais das pessoas e famílias abrangidas, nomeadamente o direito à habitação condigna.

A autarquia deverá ponderar a criação de um procedimento de auditoria interna sempre que forem identificadas falhas graves de comunicação entre os serviços técnicos e os órgãos executivo.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

5. Compromisso com uma abordagem humanizada e participativa toda a ação municipal em processos de desocupação ou realojamento deve obedecer aos princípios de humanidade, legalidade e inclusão.

a. A utilização da força deve ser evitada ao máximo.

b. A comunicação com os moradores deve ser constante, transparente e baseada no diálogo.

c. Os processos devem ser conduzidos de forma planeada, com tempo adequado para preparação técnica e social, evitando atuações precipitadas.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H47, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 26 de junho de 2025, pelas 21H15.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), dos/as Senhores/as Vereadores/as Maria Teodolinda Silveira (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Débora Rodrigues (BE), Gabriel Rosa (PS), António Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Paulo Santos (CDU), Miguel Salvador (PSD) e Jefferson Oliveira (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1.º SECRETÁRIO _____

A 2.ª SECRETÁRIA _____

